

25
de Abril

COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação mensal da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração



**II GOVERNO
CONSTITUCIONAL**
Acordo político PS/CDS

SUPLEMENTO
VIANA DO CASTELO



EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

| DESTINOS | Horas (TMG) | Frequências (KHz) | C. onda (metros) | DESTINOS | Horas (TMG) | Frequências (KHz) | C. onda (metros) | |
|---|---|----------------------------|--------------------------|---|-----------------------------|-------------------|------------------|------------------|
| Venezuela (Segunda-feira a sábado) | 00.00-02.30 | 11 875 | 25 | Angola (Segunda-feira a sábado) | 11.30-12.00 | 21 700 17 880 | 13 16 | |
| | (Domingos) | 14.30-18.00 00.00-02.30 | 21 700 11 875 | | 13 25 | 19.30-20.00 | 15 340 17 880 | 19 16 |
| Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste) (Todos os dias) (Oeste) | 01.00-03.00 | 11 935 6 025 | 25 49 | (Domingos) | 11.30-12.00 | 21 700 17 880 | 13 16 | |
| | 03.30-05.00 | 11 935 6 025 | 25 49 | 18.45-19.30 | 15 340 17 880 | 19 16 | | |
| Europa (Segunda a sexta-feira) | 04.00-06.00 | 6 025 6 185 9 740 | 49 48 30 | 14.30-18.00 | 21 700 | 13 | | |
| | 18.30-20.30 | 6 025 9 740 | 49 30 | Mozambique (Segunda-feira a sábado) | 12.00-12.30 | 21 700 17 880 | 13 16 | |
| | (Domingos e sábados) | 08.00-18.00 | 6 025 11 800 9 740 | | 49 25 30 | 20.00-20.30 | 15 340 17 880 | 19 16 |
| | 18.30-20.30 | 6 025 9 740 | 49 30 | (Domingos) | 12.00-12.30 | 21 700 17 880 | 19 16 | |
| Macau, Timor e Austrália (Segunda-feira a sábado) | 09.55-10.55 | 21 700 21 735 | 13 13 | 19.30-20.15 | 15 340 17 880 | 19 16 | | |
| | (Domingos) | 09.25-10.55 | 21 700 21 735 | 13 13 | 14.30-18.00 | 21 700 | 13 | |
| S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado) | 11.00-11.30 | 21 700 17 880 | 13 16 | Guiné e Cabo Verde (Segunda-feira a sábado) | 13.30-14.00 | 21 495 15 125 | 13 19 | |
| | (Domingos) | 19.00-19.30 | 15 340 17 880 | | 19 16 | 20.30-21.00 | 15 125 21 700 | 19 13 |
| | 11.00-11.30 | 21 700 17 880 | 13 16 | (Domingos) | 13.30-14.00 | 21 495 | 13 | |
| | 18.00-18.45 14.30-18.00 | 17 880 15 340 21 700 | 16 19 13 | 20.15-21.00 | 15 125 | 19 | | |
| Índia (Segunda-feira a sábado) | 15.00-15.45 | 17 895 | 16 | 14.30-18.00 | 21 700 | 13 | | |
| | Brasil (Segunda-feira a sábado) | 22.30-01.00 | 11 790 11 840 | 25 25 | Brasil (Domingos) | 14.30-18.00 | 21 700 15 125 | 13 19 |
| | | (Domingos) | 11.00-11.30 | 21 700 17 880 | | 13 16 | 22.30-01.00 | 11 790 11 840 |
| | 18.00-18.45 | 17 880 | 16 | | | | | |
| 14.30-18.00 | 15 340 | 19 | | | | | | |



O presidente do CDS, Diogo Freitas do Amaral, e o secretário-geral do PS, Mário Soares, cumprimentam-se após a assinatura do acordo político que esteve na base da formação do II Governo Constitucional

25^ª COMUNIDADES PORTUGUEAS

PUBLICAÇÃO MENSAL DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO

Direcção

Director do Serviço de Informação e Apoio Cultural da S. E. E.

Edição

Serviço de Informação e Apoio Cultural da S. E. E.

Sede

Ministério dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades
1.º Piso
Largo do Riiwas
Lisboa
Portugal
Telefs. 67 67 00/1/2

Composição e impressão

Mirandela & C.
Trav. Condessa do Rio, 7-9
Lisboa
Portugal

Colaboração fotográfica

Carlos Gil
ANOP
Direcção-Geral da Divulgação (S. E. C. S.)
Direcção-Geral de Turismo (S. E. T.)
«Diário de Notícias»
«A Capital»

PREÇO 30 ESCUDOS
N.º 25 / MARÇO 78

Índice



O mosteiro de Alcobaça completa 800 anos

Portugal hoje

- 2 II GOVERNO CONSTITUCIONAL
- 7 V CONGRESSO DO PSD
- 9 COVA DA BEIRA
- 13 SEMINÁRIO SOBRE ETNOLOGIA E FOLCLORE
- 14 MOSTEIRO DE ALCOBAÇA COMPLETA 800 ANOS
- 20 IMPRENSA REGIONAL CENTENÁRIA
- 39 FEIRA DO QUEIJO DA SERRA

Portugal e o mundo

- 33 LUÍS CABRAL EM LISBOA DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES LUSO-GUINEENSES
- 39 SPORTING CONVIDADO A JOGAR NA CHINA
- 40 COLABORAÇÃO DA UNICEF NA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA
- 41 PORTUGAL-AUSTRÁLIA

Comunidades portuguesas

- 42 VISITA DO «MAYOR» DE JOANESBURGO
- 43 CANADÁ — ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE PORTUGUESA

Tome nota

- 50 Os leitores escrevem
- 52 CIRCUITO DE CINEMA DA SEE
- Suplemento
- 23 VIANA DO CASTELO

II GOVERNO CONSTITUCIONAL



Em cerimónia efectuada no Palácio da Ajuda, o Presidente da República conferiu a posse aos membros do II Governo Constitucional, composto de 15 ministros e tendo à frente, como Primeiro-ministro, Mário Soares.

No discurso proferido perante as numerosas individualidades presentes, o Presidente da República apontou as metas que, a curto prazo, «o povo português espera que o Governo fixe», colocando assim a tónica da sua exposição nas tarefas do novo Executivo.

Dirigindo-se ao presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-ministro, aos conselheiros da Revolução e aos ministros, o general Ramalho Eanes começou por historiar «a crise governamental de quase dois meses» e por «reflectir sobre a natureza e o alcance das transformações políticas de que o presente Governo é expressão», afirmando, a propósito do acordo político encontrado: «Este Governo, se assumir corajosa e

pragmaticamente um programa que traduza o acordo político em que assenta, se perseguir indefectivelmente o seu propósito de servir o povo que somos e em particular os mais desfavorecidos pela economia e pela justiça, se derrubar as barreiras que ainda se opõem à eficácia do Executivo, se não se deixar envolver na pequena querela política e nos vícios do partidarismo — este Governo tem condições para governar sem sacrifício do desenvolvimento autónomo dos partidos que o apoiam».

O Presidente Eanes mencionou depois os factores favoráveis à actuação do Governo e ao abordar, com particular atenção, os problemas económico-financeiros, sublinhou: «Competirá ao Governo — de harmonia, aliás, com os objectivos que a si próprio se impôs — fazer compreender ao País o programa de estabilização económica que temos inevitavelmente de adoptar. Que temos de adoptar hoje e não amanhã, para evitar condições mais gravosas e para impedir o risco de que esse programa, porque implica uma política de modera-

ção do crescimento da despesa interna e, consequentemente, do produto nacional, nos conduza a um círculo vicioso de estagnação.»

«EXIGÊNCIAS DA RECUPERAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA»

Para atingir estes objectivos, o general Ramalho Eanes enumerou as metas a fixar — «redução do desequilíbrio da balança de pagamentos; contenção do processo inflacionista; minimização dos aspectos negativos que a prossecução destes objectivos pode ter» — e apresentou as seis principais exigências da recuperação económica e financeira: «Esforço colectivo imediato para aumento da produção nacional, tirando o máximo de produtividade dos meios disponíveis; contenção do consumo que permita uma redução rápida do défice da balança de pagamentos, sem no entanto comprometer definitivamente a estratégia económica prevista para a próxima década; promoção das exportações, mediante o

Na página anterior os ministros do II Governo Constitucional: na primeira fila (da esquerda para a direita, na imagem) estão Maldonado Gonalves (Trabalho), Rui Pena (Reforma Administrativa), Firmino Miguel (Defesa), Mário Soares (Primeiro-ministro), Almeida Santos (Adjunto do Primeiro-ministro), Vítor Constâncio (Finanças e Plano); na segunda fila, Sousa Gomes (Habitação e Obras Públicas), António Arnaut (Assuntos Sociais), Basílio Horta (Comércio e Turismo), Santos Pais (Justiça), Sá Machado (Negó-

cios Estrangeiros), Luís Saias (Agricultura e Pescas), Ferreira de Lima (Transportes e Comunicações) e Carlos Melancia (Indústria e Tecnologia). Na imagem faltam Jaime Gama (Administração Interna) e Sottomayor Cardia (Educação e Cultura).

Freitas do Amaral (CDS) e Mário Soares (PS) assinam o acordo político estabelecido entre os respectivos partidos, com alcance parlamentar e com incidência a nível governamental

esforço excepcional da criação de novas linhas de exportação e conquista de novos mercados, esforço que será um instrumento privilegiado para tornar compatíveis o crescimento e o reequilíbrio da balança; substituição das importações por produções nacionais, principalmente através do desenvolvimento da agricultura e das pescas, vencendo os obstáculos que nesses sectores subsistem ao nível do factor humano e organizacional; criação acelerada de postos de trabalho que permita conter o desemprego e reduzi-lo progressivamente, mobilizando para esse fim todos os recursos latentes, para o que será preciso conjugar o máximo de inovação e capacidade criativa e, nomeadamente, a utilização do trabalho por turnos; despolitização (no sentido de despartidarização ou desligamento de objectivos contra o regime democrático) das reivindicações sociais ou económicas dos diversos parceiros sociais.»

A REFORMA ADMINISTRATIVA

O Presidente da República referiu-se ainda «ao carácter inadiável da reforma administrativa séria, profunda e global», e à «adopção de medidas de justiça social que estão ao alcance do Governo» e que facilitarão «a formação do consenso nacional que deverá servir de suporte à estratégia da recuperação económica e financeira».

A terminar e antes de se referir, em breves palavras, à oposição e às forças sociais e produtivas, o general Ramalho Eanes, dirigindo-se aos ministros, sublinhou: «Ninguém espera de vós promessas de milagres. Apenas se vos exige que saibais administrar o sacrifício, organizar o trabalho, racionalizar o aproveitamento dos recursos orientados para os serviços básicos, e estimular o ímpeto que os portugueses nunca regateiam quando se trata de salvar e engrandecer o País».

«APOIO PARLAMENTAR MAIORITÁRIO E ESTÁVEL»

No discurso proferido depois da tomada de posse do novo Governo a que preside, Mário Soares sublinhou «as razões da esperança que, apesar de tudo, é legítimo manter», e referiu-se ao II Governo Constitucional como «bastante diferente

daquele que foi derrubado na Assembleia da República na madrugada de 8 de Dezembro», acrescentando: «É um Governo que goza à partida de apoio parlamentar maioritário e estável e que foi tornado possível pelo acordo político de incidência governamental, subscrito pelo PS e pelo CDS». Debruçando-se sobre este acordo, «bem compreendido e bem aceite pela maioria do povo português» o Primeiro-ministro disse: «É óbvio que o PS e o CDS são partidos muito diferentes nas suas estruturas e programas, com projectos a longo prazo distintos e representando estratos sociais bastante diversificados. Toda a gente o sabe. Têm em comum, no entanto, objectivos imediatos muito concretos que lhes permitem, em particular num momento de reconhecida crise nacional, um entendimento sério, sem ambiguidades nem quebras, até, pelo menos, 1980».

AS NEGOCIAÇÕES COM O FMI

Reconhecendo, em seguida, que «um tal acordo suscita incompreensões e críticas», e que «o prestígio do II Governo Constitucional — e mesmo da actual fórmula governativa — se joga na sua capacidade operacional e no sentido da eficácia de que der provas», Mário Soares aludiu às negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) nestes termos: «O País não ignora que há um desequilíbrio imenso na nossa balança de pagamentos, que importa corrigir, reduzindo drasticamente o défice. O País não ignora que, para tanto, tem de ter a coragem de praticar uma política de autêntica austeridade, com custos sociais elevadíssimos, sendo obrigado a passar pelas negociações com o FMI, a fim de obter os empréstimos indispensáveis ao financiamento do défice referido (...). As negociações com o FMI irão ser rapidamente retomadas, havendo pela parte portuguesa um grande interesse em que venham a ser concluídas nas melhores e mais favoráveis condições».

A propósito da actividade a desenvolver pelo II Governo, o Primeiro-ministro enunciou algumas das batalhas essenciais que o mesmo está decidido a travar: «A da educação, a da justiça, a da segurança social, a da saúde pública, a da habitação, a da reforma da administração pública, a do aumento de produção».



O DESENVOLVER DAS NEGOCIAÇÕES

A tomada de posse do II Governo Constitucional veio culminar um longo período de quase dois meses de negociações, de que referiremos, a seguir, os pontos mais salientes.

São de registar, neste período, algumas declarações importantes, como sejam a de Sousa Franco — «o PSD será oposição a um possível Governo PS-CDS», significando com isto a impossibilidade de um acordo com o seu partido e a

II GOVERNO CONSTITUCIONAL

4

que fez Freitas do Amaral, depois de um dos encontros com Mário Soares: «Já há uma noção ampla de personalidades» e «se o CDS assinar uma plataforma, isso significa apoio ao Governo e certa responsabilização ao nível do Executivo». Com estas palavras, o dirigente centrista revelava que a formação do Executivo se encontrava em fase adiantada, tendo por base três documentos que selaram um compromisso entre o PS e o CDS.

Por essa altura, após um encontro com o Presidente da República, que lhe reiterara a sua confiança e o convidara a prosseguir as negociações, Mário Soares afirmou que o atraso da formação do Governo se devia a um volte-face do PCP, interpretação que num comício realizado no Campo Pequeno (Lisboa), Álvaro Cunhal rejeitaria.

O ENCONTRO DA COMISSÃO NACIONAL DO PS

Um dos acontecimentos mais decisivos — e que teve lugar antes da ida de Mário Soares a Belém para comunicar ao Presidente da República o resultado final das consultas com as delegações dos partidos — foi a reunião da Comissão Nacional do PS. Nesse encontro de oito horas, os dirigentes socialistas aprovaram uma moção de orientação a desvincular o Partido Socialista da necessidade de prévia conclusão de um acordo com o PCP e autorizaram Mário Soares a completar as negociações com o CDS, apenas.

A Comissão Nacional do PS havia decidido, nessa reunião, «mandatar o secretário-geral para ultimar as diligências com vista à formação do Governo de base PS com personalidades e apoio parlamentar estável, desvinculando-o da necessidade de prévia conclusão de um acordo com o PCP, mas mantendo ao mesmo tempo a recusa de qualquer fórmula de coligação; reiterar a sua confiança ao secretário nacional para prosseguir as conversações com o PCP a fim de tentar estabelecer um acordo entre o PS e este partido, ou, se tal não for possível, buscar com ele acordos pontuais; recomendar ao secretariado nacional que prossiga igualmente con-

versações com o PSD a fim de, caso este partido a tal se venha a mostrar disposto, tentar estabelecer com ele um acordo dentro da linha política já definida pelo PS».

À saída deste encontro, em que a maioria dos dirigentes do PS (por 96 votos a favor, com 23 abstenções e 1 voto contra) lhe entregara a condução final das negociações, Mário Soares podia, pois, afirmar: «Há possibilidade de rapidamente formar um Governo e de rapidamente encontrar uma solução para a crise governamental».

O ACORDO POLÍTICO PS/CDS

O acordo político firmado entre o PS e o CDS, com alcance parlamentar e com incidências a nível governamental, publicado na imprensa, inclui, primeiramente, uma justificação e um conjunto de pressupostos políticos e alguns pontos sobre a natureza e a fórmula do mesmo, bem como sobre a estrutura e responsabilidade do II Governo Constitucional. O referido texto inclui, a seguir, um capítulo sobre o Programa do Governo, contendo as orientações em política económica e agrícola e, além disso, as linhas que devem presidir às relações entre o Governo central e os governos regionais dos territórios autónomos da Madeira, Açores e Macau. O acordo termina com um capítulo sobre a cooperação interpartidária a desenvolver no quadro parlamentar e extra-parlamentar.

Segundo este acordo, o CDS participa pela primeira vez, responsabilmente, no Executivo, tendo ainda de ser ouvido sobre a legislação mais importante a propor na Assembleia da República, para discussão.

MÁRIO SOARES EM BELÉM

Uma vez que pelo menos dois partidos — o PS e o CDS — haviam chegado a um acordo genérico, Mário Soares foi recebido em audiência pelo Presidente da República, a quem deu conta da solução final encontrada; possibilidade de formação de um Governo «de base PS, mais personalidades», designadamente do CDS.

Sobre esta audiência, a Presidência da República divulgou, então, um comunicado assinalando que, de harmonia com os princípios e condicionantes anteriormente expostos, «o Presidente da República aceitou a fórmula que lhe foi proposta de formar Governo com base num acordo entre o PS e o CDS», razão pela qual o Chefe de Estado decidiu iniciar «as formalidades estabelecidas pela Constituição para a nomeação do Primeiro-ministro», ouvindo o Conselho da Revolução e os partidos políticos representados na Assembleia da República (PS, PSD, CDS, PCP e UDP).

Cumpridas estas formalidades constitucionais, o Presidente da República assinou o decreto de nomeação de Mário Soares como Primeiro-ministro, encarregando-o de formar oficialmente o II Governo Constitucional.

O DESACORDO ENTRE O PS E O PCP

Foram conhecidos, mais tarde, os cinco pontos que impediram a concretização de uma plataforma programática de acordo entre o PS e o PCP e se referiam aos seguintes temas: retroactividade da lei da Reforma Agrária quanto à pontuação das reservas; autonomia da gestão das Unidades Colectivas de Produção e das cooperativas; atribuição da colheita de frutos pendentes e terras semeadas; direito de preferência dos pequenos e médios agricultores ao arrendamento das reservas não cultivadas; critérios para assegurar a viabilidade das Unidades Colectivas de Produção e das Cooperativas.

Álvaro Cunhal, ao discursar no encerramento do I Congresso da União dos Estudantes Comunistas (UEC), declarou, referindo-se à coligação PS/CDS, que ela fazia «pairar nuvens negras sobre a democracia portuguesa». O secretário-geral do PCP, já no discurso de abertura do mesmo Congresso afirmou sobre este assunto: «A reacção não deve cantar vitória porque o povo português tem força bastante para defender a democracia». E prosseguindo, disse: «A unidade dos trabalhadores, o entendimento e a acção comum dos socialistas e comunistas é essencial para a defesa do regime democrático, sobre o qual pesam novas ameaças».

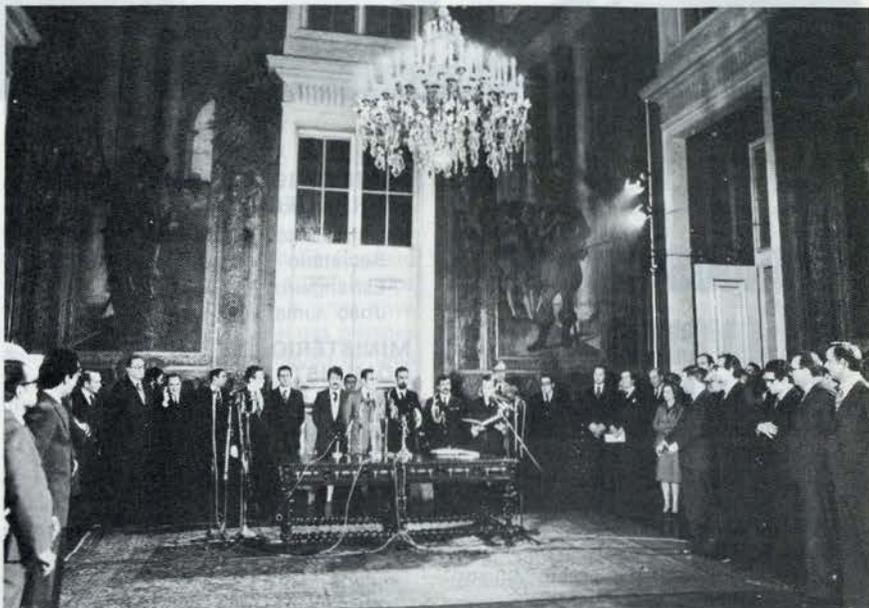
AS NEGOCIAÇÕES COM OS SOCIAIS-DEMOCRATAS

Por seu lado, Sousa Franco, presidente da comissão política nacional do PSD, ao falar no programa televisivo «Actualidade Política» sobre as negociações inter-partidárias para a formação do Governo, pronunciou-se da seguinte forma: «O PS sabotou as negociações, designadamente com os sociais-democratas. Nós nunca as cortámos. é bom que fique claro. Quando se falava em recomeçar negociações usava-se uma expressão imprópria, porque nós estivémos sempre abertos a negociar uma plataforma tripartida. Entendemos aliás, que se o CDS tivesse tomado uma atitude semelhante à nossa — a de não aceitar negociar uma plataforma a dois, mas só a três — teria sido possível ao PS presentear o País com uma solução mais sólida». E mais adiante, depois de ter afirmado que a implantação do PSD tem aumentado entre os trabalhadores, Sousa Franco sublinhou: «Tarde ou cedo, será necessário fazer uma escolha definitiva e clara em termos de projecto: ou o nosso ou o do PCP... ou eventualmente um projecto de direita que se desenha no horizonte, mas ainda não está aí.»

O NOVO ELENCO MINISTERIAL

Ao anunciar aos jornalistas, no Palácio de S. Bento, os nomes dos titulares das pastas ministeriais do II Governo Constitucional, Mário Soares afirmou que o novo Executivo era «um Governo de esquerda com apoio do centro» e que os 16 ministros da nova equipa governativa iam começar imediatamente a elaborar o Programa do Governo a submeter à Assembleia da República para debate.

O Primeiro-ministro adiantou que esse programa decorria naturalmente do texto programático aprovado por acordo entre o PS e o CDS e subscrito por ele e por Freitas do Amaral, tendo ainda realçado a larga tradição europeia dos acordos entre socialistas e democratas-cristãos. Mário Soares revelou também que o elenco ministerial fora aprovado pelo Presidente da República, e que, por outro lado, os secretários e subsecretários de Estado e os ministros da República para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, seriam designados mais tarde.





O primeiro Conselho de Ministros do novo Governo

Composição do II Governo Constitucional

PRIMEIRO-MINISTRO

Mário Soares

Ministro-adjunto do Primeiro-Ministro:
António Almeida Santos (PS)

Secretário de Estado-adjunto do
Primeiro-Ministro:

Antero Monteiro Dinis

Secretário de Estado da Comunicação
Social: João Gomes (PS)

MINISTÉRIO DA DEFESA

Ministro: Firmino Miguel

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO

Ministro: Vítor Constâncio (PS)

Secretário de Estado do Tesouro:

Herlander Estrela (PS)

Secretário de Estado do Orçamento:

Alberto Ramalheira (independente)

Secretário de Estado do Planeamento:

José Gonçalves Serrão (PS)

Subsecretário de Estado-adjunto do

ministro das Finanças e do Plano:

Sobral Torres (independente)

Subsecretário de Estado

do Orçamento:

Morgado Cândido (independente)

Subsecretário de Estado

do Tesouro: José Oliveira Marques

(independente)

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Ministro: Jaime Gama (PS)

Secretário de Estado

da Administração Regional e Local:

Miranda Calha (PS)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro: José Santos Pais (PS)

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Ministro: Vítor Sá Machado (CDS)

Secretário de Estado dos Negócios
Estrangeiros e Emigração:

João Lima (PS)

MINISTÉRIO DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Ministro: Rui Pena (CDS)

Secretário de Estado

da Administração Pública:

José Manuel de Meneses (PS)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PISCAS

Ministro: Luís Saias (independente)

Secretário de Estado da Estruturação

Agrária:

António Campos (PS)

Secretário de Estado do Fomento

Agrário:

Vaz Portugal (PS)

Secretário de Estado das Piscas:

Vasco Neves (independente)

Secretário de Estado do Comércio

e Indústria Agrícolas:

Alcino Cardoso (CDS)

Secretário de Estado das Florestas:

Azevedo Gomes (PS)

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

Ministro: Basílio Horta (CDS)

Secretário de Estado do Comércio
Interno:

Escaja Gonçalves (PS)

Secretário de Estado do Comércio

Externo:

Carlos Filipe (PS)

Secretário de Estado do Turismo:

Baltasar Gonçalves (CDS)

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

Ministro: Carlos Melancia (PS)

Secretário de Estado das Indústrias
Extractivas e Transformadoras:

Nuno Abecassis (CDS)

Secretário de Estado da Energia e

Indústrias de Base:

Rocha Cabral (PS)

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Ministro: Maldonado Gonalha (PS)

Secretário de Estado do Trabalho:

Custódio Almeida Simões (PS)

Secretário de Estado da População
e Emprego: Menano do Amaral (PS)

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Ministro: António Arnaut (PS)

Secretário de Estado da Saúde:

Mário Luís Mendes (PS)

Secretário de Estado da Segurança
Social:

Vítor Vasques (PS)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ministro: Sottomayor Cardia (PS)

Secretário de Estado

da Administração Escolar:

Almerindo Marques (PS)

Secretário de Estado do Ensino

Superior:

Joaquim Cruz e Silva (PS)

Secretário de Estado da Investigação

Científica:

Sousa Pinto (CDS)

Secretário de Estado da Cultura:

António Reis (PS)

Secretaria de Estado da Orientação

Pedagógica:

Romero Magalhães (PS)

Secretário de Estado da Juventude

e Desportos:

Joaquim de Sousa (PS)

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Ministro: Manuel Ferreira Lima (PS)

Secretário de Estado dos Transportes:

Consiglieri Pedroso (independente)

Secretário de Estado da Marinha

Mercante:

Correia Maltês (independente)

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Ministro: António Sousa Gomes (PS)

Secretário de Estado da Habitação:

Ferro Gomes (PS)

Secretário de Estado das Obras

Públicas:

João Porto (CDS)

Secretário de Estado do Ordenamento

Físico e Ambiente:

José Gomes Fernandes (PS)

V CONGRESSO DO PSD

Realizou-se no Porto o «V Congresso Nacional do Partido Social-Democrata», que, na expressão do órgão oficial do partido — o jornal «Povo Livre» — «marca nova fase na vida do PSD».

De facto, este Congresso foi caracterizado por acontecimentos importantes para o segundo maior partido português, que conta quatro anos de existência: o afastamento voluntário de Sá Carneiro da presidência do partido; a revisão dos estatutos que deu origem a uma nova organização das estruturas e das pessoas dentro do mesmo; e a afirmação de uma estratégia definida como «uma oposição firme mas selectiva ao Governo PS/CDS». Acrescente-se que estas decisões tomadas em Congresso e aí qualificadas de «linha política de centro-esquerda, moderada e realista», se traduzirão na prática por uma independência crítica permanente «perante todos os órgãos constitucionais do poder político e administrativo».

A POSIÇÃO DE SÁ CARNEIRO

O «V Congresso do PSD», presidido por Nuno Rodrigues dos Santos e secretariado por Marcelo Rebelo de Sousa, foi marcado, durante a primeira parte dos trabalhos (análise da situação política nacional) pela intervenção inicial de Sá Carneiro, que definiu com clareza a

7
sua posição: «Da descrição já feita dos últimos acontecimentos da vida do partido, bem como da experiência anterior, resulta claro que em mim e à minha volta se têm concentrado as crises do partido; em mim, especialmente, são polarizados os ataques; e sou eu ainda quem, em termos de opinião pública e em privado, é especialmente apontado como o grande obstáculo às boas relações com o Presidente da República, com os socialistas, como os militares e com as várias forças em geral. Tenho como inexacta e infundada esta imagem, mas o certo é que ela existe. E é a da intransigência, intratibilidade, agressividade e instabilidade do actual presidente do partido».

As razões de fundo para a sua tomada de posição foram a seguir explicitadas por Sá Carneiro, nestes termos: «Tenho para mim que a subsistência do regime democrático depende da crítica e, oportunamente, da modificação do sistema económico-político em que vivemos. Compreendo e aceito que o PSD não possa enveredar por essa linha e tenha de ter uma estratégia mais moderada, frequentemente na contemporização. Essa contradição leva, no entanto, a que me não sinta eu, que sinto a urgência de uma atitude mais dura e clara, a pessoa indicada para dirigir e representar o partido que tem de seguir uma orientação mais moderada».

Prosseguindo, Sá Carneiro referiu-se

Sousa Franco, Sá Carneiro, Barbosa de Melo e Cunha Leal durante os trabalhos do «V Congresso Nacional do Partido Social-Democrata»



A mesa que dirigiu os trabalhos do «V Congresso do PSD»: ao centro estão Marcelo Rebelo de Sousa e Nuno Rodrigues dos Santos

8

a questões que apelidou de fundamentais e «que dizem respeito à estrutura do Estado, ao sistema económico e social, à Constituição, ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, ao papel das Forças Armadas na política, à transição do Movimento de Abril para uma democracia plena».

«PRATICAR UMA OPOSIÇÃO FIRME MAS SELECTIVA»

Concluídas as intervenções dos vários oradores que sobre estas questões se quiseram pronunciar, foram votadas diversas moções. A primeira aprovou uma orientação partidária no sentido de o PSD promover «uma persistente exigência de soluções urgentes nos domínios em que as classes trabalhadoras, na generalidade as mais desfavorecidas, se encontram afectadas: a saúde, a segurança social, as condições de prestação de trabalho, a remuneração relacionada com os preços essenciais, a promoção cultural e social, a habitação».

O Congresso considerou depois a segunda moção que era subscrita por Marcelo Rebelo de Sousa, e onde se afirmava que o PSD devia manifestar «a sua clara intenção de praticar uma oposição firme mas selectiva ao Governo PS/CDS», moção essa que levou os congressistas a tomar vinte deliberações com dois aditamentos. Alguns dos pontos aprovados pelos delegados social-democratas, insistiam no papel fundamental que o PSD desempenha no Portugal democrático, na adesão ao programa do partido, e no compromisso de prosseguir a oposição ao Governo nos quadros da Constituição vigente, sem embargo do estudo, em tempo oportuno, da sua primeira revisão, a partir de 15 de Outubro de 1980. Numa outra alínea pressupõe-se que «as modalidades de intervenção do Presidente da República sejam, no futuro, mais claramente correspondentes ao significado político contido no mandato eleitoral que lhe foi conferido pela maioria dos portugueses».

OS NOVOS DIRIGENTES

O segundo ponto dos trabalhos — a discussão e aprovação dos estatutos — decorreu normalmente embora já com menos delegados presentes, havendo a registar o desaparecimento



dos cargos de presidente e de vice-presidente do PSD e a atribuição, ao presidente da Comissão Política Nacional, das competências e funções até aqui desempenhadas pelo presidente do partido.

A eleição dos dirigentes nacionais do PSD processou-se com morosidade. Sousa Franco, eleito para o lugar de presidente da Comissão Política Nacional, passa a ser o principal dirigente do PSD e a desempenhar as funções até agora atribuídas a Sá Carneiro. Dentro desta Comissão Política Nacional — composta de doze membros e englobando a Comissão Permanente do Conselho Nacional (que orientou os destinos do partido de Novembro a Janeiro findos) e de representantes das Comissões Políticas Distritais — destaca-se um Comité Permanente restrito.

Barbosa de Melo, novo presidente do Grupo Parlamentar do PSD, passou a ser o segundo dirigente do partido e substituirá, portanto, Sousa Franco nos seus impedimentos.

No essencial, a estratégia aprovada neste «V Congresso do PSD» segue as linhas de orientação traçadas nas anteriores reuniões — em Bragança, Faro e Lisboa — dos órgãos dirigentes daquele partido.

- Secretário:
 Joaquim Gato e Silva (PS)
- Secretário de Estado de Investigação Científica:
 David Faria (CDS)
- Secretário de Estado de Cultura:
 António Rias (PS)
- Secretário de Estado de Orientação Pedagógica:
 Fernando Magalhães (PS)
- Secretário de Estado de Actividades e Desportos:
 Joaquim de Sousa (PS)
- MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:
 Ministro: Manuel Joaquim Lima (PS)
- Secretário de Estado de Transportes:
 Carlos Manuel Pedrosa (Independente)
- Secretário de Estado de Mídias de Comunicação:
 Gonçalo Mota (Independente)
- MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
 Ministro: António Solas Gomes (PS)
- Secretário de Estado de Habitação:
 João Gomes (PS)
- Secretário de Estado das Obras Públicas:
 João Paulo (CDS)
- Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Ambiente:
 José Gomes Fernandes (PS)

COVA DA BEIRA



Fábricas de lanifícios na Covilhã

Uma certa renovação que se verifica no nosso País, passa, no sector agrícola, por empreendimentos de grande alcance, que estão a ser realizados ou em vias de conclusão. Estão neste caso, o aproveitamento do Vale do Mondego e a barragem do Alqueva, no Alentejo, que já abordámos em números anteriores, e ainda a reorganização da agricultura em Trás-os-Montes e no Minho e o regadio da Cova da Beira.

As páginas seguintes referem-se a este último plano de irrigação cujo arranque se verificou, finalmente, este ano e que, quando concluído, em 1981, constituirá, em ligação com o «plano Videmonte», o primeiro perímetro da rega do País, e um pólo de radical transformação e de progresso em toda a Beira interior.

Vários factos recentes chamaram a atenção dos portugueses para a importância do desenvolvimento agrícola da Cova da Beira. Um deles foi a visita à região, efectuada em Novembro passado, pelo então ministro da Agricultura e Pescas, António Barreto; outro, a concessão de um empréstimo (de cerca de um milhão e duzentos mil contos) pelo Governo da Alemanha Federal, destinado às obras de construção do regadio; e um terceiro constituído pela visita de uma delegação de técnicos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) à Covilhã. Durante a sua estadia, estes especialistas analisaram os problemas do desenvolvimento económico da região, ou seja os problemas estruturais da agricultura e da indústria da Cova da Beira, e avaliaram as suas possibilidades, partindo de um reconhecimento dos lugares e das declarações dos seus habitantes.

«UM PLANO DE DIMENSÃO NACIONAL»

Para se ter uma noção aproximada do que representará a realização do Plano da Cova da Beira, será necessário contemplar do cimo da Serra da Gardunha, perto do Fundão, a depressão da «cova» e a grande extensão de terrenos que se estende de serra (da Estrela) a serra (da Gardunha). A partir daí, melhor se avaliará a dimensão do projecto da Cova da Beira e se perceberá como são justas as palavras proferidas por António Barreto, a propósito deste projecto: «Em termos de área irrigada, é o segundo do nosso país, mas quando for executado a parte do empreendimento relativo à Serra da Estrela («plano de Videmonte»), será o maior empreendimento de regadio de Portugal».

De facto, a grandiosidade do plano não está apenas na extensão das terras



abrangidas mas também no novo tipo de rega a utilizar em grande escala — a rega por aspersão, o que constitui um outro factor importante, porque obrigará a indústria nacional a trabalhar e a adaptar-se para concorrer com a estrangeira. Acrescente-se que, participando actualmente com 2,5 por cento para o PNB (Produto Nacional Bruto), a Cova da Beira, quando entrar em funcionamento o esquema agora iniciado, poderá contribuir com 7,5 por cento do PNB.

O Plano Geral da Cova da Beira atingirá uma grande faixa de terrenos — uma área aproximada de 18 mil hectares — ou seja os concelhos de Manteigas, Guarda, Belmonte, Covilhã, Fundão, e ainda os de Sabugal e Penamacor com solos de boa aptidão agrícola, sendo 80 por cento dos mais ricos do País. O projecto compreende três blocos de terras e três bacias hidrográficas: a do Zêzere e a da ribeira da Meimosa — praticamente desde ambas as nascentes até à sua confluência no Barco, perto do Fundão — e ainda a ribeira de Alforja, afluente do Zêzere.

A ÁGUA PARA O REGADIO

Este grandioso empreendimento cujo perímetro de rega abrangerá mais de

15 mil hectares (ou mesmo 20 mil se incluirmos os vales da Gaia, de Famação, e a ribeira de Unhais com as faixas intermédias de terreno) tem uma dimensão superior ao próprio perímetro de rega do Sorraia e virá a constituir, num futuro próximo o maior perímetro de rega do nosso País, quando lhe for acrescentado um outro conjunto de 1500 hectares, na Serra de Prados e Videmonte. Mais tarde, virão também a estabelecer-se ligações com o aproveitamento dos terrenos da barragem de Idanha-a-Nova, construída há bastante tempo.

Um dos objectivos prioritários deste plano é o abastecimento de água para o regadio, através de um esquema de aproveitamento conjugado das águas do rio Coa, do Zêzere e da ribeira da Meimosa, e da construção de várias barragens: a do Sabugal (no rio Coa); a do Meimão, perto de Penamacor (com 58 milhões de metros cúbicos de armazenamento de água); a da Capinha e a de Valhelhas (no Zêzere), em plena Serra da Estrela (com 300 milhões de metros cúbicos de água).

AS PRODUÇÕES DO REGADIO

No seu conjunto, as culturas tradicionais serão as primeiras a melhorar a sua produção: a maçã, o pêssago, a cereja, a vinha, a oliveira e mesmo os cereais e a batata. Porém, com as melhorias introduzidas e com a recuperação de solos para o cultivo, ficarão mais terrenos aptos para o ensaio de novas culturas: a da beterraba, a da soja e outras.

Um notável incremento será dado, ainda, aos produtos hortícolas e florestais, à agropecuária, e à produção de leite. Neste último sector, bastará dizer que numa região potencialmente rica em lactícinios e que, segundo os técnicos, poderia abastecer as zonas norte e centro do país, não existe uma central leiteira.

Quanto à recuperação de terrenos para pastagens e forragens — uma das culturas a intensificar na Cova da Beira — poderá acrescentar-se que o País possui cerca de um milhão e duzentos mil hectares aptos para a pastorícia e produção de forragens, o que é necessário aproveitar para suprimir a importação de farinhas para animais (16 milhões de contos no ano passado).

AS POPULAÇÕES ABRANGIDAS

As terras incluídas neste esquema de aproveitamento encontram-se, na sua maior parte, dispersas por minifúndios, misturando-se por vezes com propriedades bem dimensionadas. Apesar disso, em razão de menor repartição da propriedade, prevê-se que a rentabilidade

A região da Beira-Interior no Plano de 1977/80

Para se abordarem, mais de perto, as questões relacionadas com o regadio e o Plano da Cova da Beira é conveniente determo-nos um pouco sobre a região da Beira-Interior, a chamada «região 4» do Plano a Médio Prazo (de 1977-1980), e sobre as realizações previstas para esta região, em ordem a ultrapassar o manifesto subdesenvolvimento económico, social e cultural das populações que vivem nos actuais distritos da Guarda e de Castelo Branco e na sub-região industrializada da Covilhã.

No distrito de Castelo Branco, distingue-se a zona do pinhal (dos concelhos de Sertã, Oleiros, Vila de Rei e Proença-a-Nova), a zona do campo (dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova), onde o olival é a fonte de riqueza, a par da exploração pecuária do gado bovino e caprino. Mais a norte surge a zona da Cova da Beira (concelho de Belmonte, Covilhã e Fundão), com solos de boa aptidão agrícola, onde é possível intensificar a produção frutícola e hortícola e a pecuária.

No campo industrial e para além dos esforços ultimamente feitos em Alcains e Vila Velha de Ródão, para aproveitar das potencialidades existentes, há que destacar a zona da Covilhã, tradicionalmente dedicada aos lanifícios.

No seu conjunto, a economia da região, baseada principalmente nas actividades agrícolas e na indústria têxtil, há bastantes anos em crise, proporciona aos habitantes precárias condições de vida, o que ocasionou uma saída em massa para o estrangeiro, calculando-se que tenham emigrado mais de 80 mil pessoas da região, a partir de 1960. Por isso mesmo um

seja aqui bastante maior que no aproveitamento do Vale do Mondego, pois enquanto neste há 30 mil prédios rústicos num total de 15 mil hectares, na Cova da Beira existem apenas 21 mil prédios em 18 mil hectares.

A população da zona ronda os 100 mil habitantes, estando distribuída por muitos

dos objectivos do planeamento previsto para esta área é o de «reter a população existente, contrariando os fluxos migratórios».

Para dinamizar a criação de postos de trabalho e incrementar o cooperativismo agrícola e a construção de habitações, surge no plano «uma estratégia económica», em que tem relevo especial a expansão das indústrias extractivas de estanho e volfrâmio (na Panasqueira, em Argimela, na Serra dos Bois e em Nave de Haver) e a valorização das potencialidades do solo, através da horto-fruticultura e do aproveitamento dos recursos florestais e dos cereais.

No sector industrial e em ligação com o Parque Industrial da Covilhã que já começou a ser construído, desenvolver-se-ão as indústrias transformadoras ligadas à produção agro-alimentar, à construção civil, à metalomecânica e à pasta de papel. Pretende-se ainda incrementar o turismo (na Serra da Estrela) e o termalismo (em Monfortinho).

No sector das ligações rodoviárias e ferroviárias prevê-se, simultaneamente, a execução de importantes obras nas principais vias de comunicação com os grandes centros. Assim, a linha da Beira Baixa será renovada, para, uma vez construído o troço de Vila Franca das Naves-Pocinho, dar possibilidade de escoamento ao minério de ferro das Minas de Moncorvo. Por outro lado, o eixo rodoviário Guarda-Covilhã-Castelo Branco-Lisboa receberá grandes transformações de modo a apresentar, daqui a alguns anos, uma alternativa à via actual (por Nisa e Ponte de Sôr): aquela que passará por Fratel, Abrantes e Santarém. Além disto, começarão brevemente as obras da variante da Covilhã — que desviará o trânsito do centro da cidade, para o fazer passar perto do aeródromo que será também revisto e ampliado — e das variantes de Castelo Branco e do Fundão.

concelhos e por mais de 40 aldeamentos, desde o Sabugal, Penamacor, Belmonte, Caria e Teixoso, na parte norte, até à Covilhã, Tortozendo, Ferro, Peraboa e todo o concelho do Fundão, na parte sul.

Neste domínio, o projecto prevê que a população da zona venha a duplicar nos próximos dez anos, objectivo que poderá ser perfeitamente alcançado, em razão da esperada melhoria das condições de vida e das garantias de fixação oferecidas às populações. Isso permitirá que grupos de emigrantes voltem à sua terra de origem e que muitos trabalhadores que venham porventura a abandonar a indústria de lanifícios por motivo da tão falada reconversão, possam fixar-se na região.

OUTRAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

O projecto de aproveitamento integral das potencialidades da Cova da Beira não parte de zero, pois em vários locais se desenvolvem já actividades de exploração agrícola mais racionais. Referimos, a seguir, alguns exemplos.

A «Cooperativa dos Fruticultores da Cova da Beira», na Ponte Pedrinha, perto da Covilhã, tem uma capacidade de armazenagem frigorífica de seis mil toneladas e serve 242 sócios que tratam cerca de 500 hectares de pomares (macieiras, pereiras e pessegueiros) e se dedicam também à cultura da batata. É uma cooperativa polivalente, virada já para o fabrico de concentrados de sumos e compotas, e para a destilação de aguardente.

Na Quinta da Lageosa, de 300 hectares, o Ministério da Agricultura e Pescas vai estabelecer uma unidade regional de ensino, destinada à experimentação de novas culturas e à formação de agricultores e técnicos.

Na Quinta de Lamaçais, perto de Caria (Belmonte) e pertencente ao Instituto Nacional de Investigação Agronómica, está planeado desenvolver a cultura do trevo subterrâneo.

A Luso-Serra, cooperativa intervenção, possui duas linhas de produção, uma de queijo e outra de leite, que é dos melhores da região.

O Couto da Várzea é uma propriedade pertencente ao Estado, de 500 hectares (300 dos quais de regadio), dirigida por técnicos do MAP. Possui cerca de 800 ovelhas e 70 vacas, e prevê-se que brevemente chegue às duas mil cabeças de gado, tendo investido os seus lucros no



desenvolvimento das culturas locais e na produção de forragens e do trevo subterrâneo.

Podem citar-se, ainda, outras importantes realizações agrícolas, dentro da área da Região da Beira Interior. Assim, o Perímetro de Rega da Idanha, abrange 8 mil hectares de terrenos circundantes da barragem do mesmo nome, entre Castelo Branco e Penamacor. Trabalha-se presentemente num estudo de reabilitação dos terrenos, a fim de se criar uma área efectiva de regadio de 5 mil hectares.

Por último e para além da Estação Experimental do Queijo da Serra, em Alcains, deverá referir-se o «Plano Videmonte», empreendimento a iniciar este ano na Serra de Prados e em Videmonte (a 17 km da Guarda). Serão investidos mais de 800 mil contos numa área de 1500 hectares a 900 metros de altitude. O «Plano Videmonte», a concluir até ao ano de 1983, e outros projectos paralelos na região de Bragança, permitirão que, no futuro, Portugal se auto-abasteça no sector da batata de semente (32 mil toneladas de consumo anual).

O custo de vida em 1977



Segundo os elementos fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, os preços, no seu total e excluindo a habitação, registaram durante o ano de 1977 e em comparação com os valores médios de 1976, uma subida de 37,8 por cento e os bens alimentares um aumento de 40,3 por cento.

No grupo dos cereais e produtos derivados, a subida foi de 27,5 por cento; nas leguminosas, 40,1 por cento; nos legumes, 37,8 por cento e nas frutas frescas e frigorificadas, 50,8 por cento. Registou-se uma descida de 11 por cento nas féculas e nos amidos (batata).

As carnes, no seu conjunto, registaram uma subida de 45 por cento; a carne de vaca, porém, subiu 72,6 por cento, enquanto a de porco e de animais de capoeira aumentaram apenas 2,8 e 18,7 por cento, respectivamente.

Por sua vez, o peixe fresco subiu, globalmente, 55,3 por cento e o congelado apenas 7,9 por cento. Os outros produtos alimentares subiram 25,3 por cento (os óleos e gorduras), 30,3 por cento (ovos) 35,7 por cento (leite e derivados), chegando a atingir o aumento de 202 por cento (café, chá e cacau).

No que diz respeito ao vestuário e calçado, o aumento dos preços foi de 29,2 e 35,2 por cento, respectivamente, enquanto as despesas com a habitação subiram 36,6 por cento, destacando-se neste conjunto a subida nos electrodomésticos e aparelhos de aquecimento (54,6 por cento), na electricidade (49,4 por

cento) no gás (20,8 por cento) e na água (37,7 por cento).

A assistência médica teve um aumento de 26,7 por cento, os transportes colectivos urbanos 15,2 e os privados 48,6 por cento.

Actividade da FIL

A Feira Internacional de Lisboa (FIL) tem um calendário bastante preenchido para o ano corrente, pois dele constam cinco certames de nível internacional e três de âmbito nacional.

O mais importante de todos — a 19.ª Feira Internacional de Lisboa (de 1 a 10 de Junho) — tem por objectivo divulgar as realidades mais avançadas da tecnologia, incentivar as relações de Portugal com a Comunidade Económica Europeia (CEE) e desenvolver os laços comerciais com os países importadores dos nossos produtos e com outros mercados.

Outra das realizações que terá lugar na FIL — o 1.º Salão Internacional de Metalurgia,

Electricidade e Electrónica Industriais — visa a adaptação da estrutura industrial portuguesa à realidade europeia, promovendo ao mesmo tempo a exportação destes produtos que actualmente contribuem com 20 por cento para o total das nossas exportações.

Além destes, constam da programação da FIL os seguintes certames: o 1.º Salão Internacional das Indústrias Gráficas, do Livro e do Material Didáctico (já realizado); o 1.º Salão do Pronto-a-Vestir e do Calçado (a decorrer); o 1.º Salão Internacional de Turismo da Hotelaria e do Desporto (de 14 a 23 de Abril); o 2.º Salão de Mobiliário, da Decoração, da Iluminação e dos Artigos Domésticos/Intercasa (de 6 a 15 de Outubro); e o 2.º Salão Internacional da Agricultura e Indústrias Afins/Filagro, que se realizará em conjunto com o 1.º Salão da Vinha e do Vinho/Vinifil (de 17 a 26 de Novembro).



Cais de Alcântara-Rocha

A Administração-Geral do Porto de Lisboa foi autorizada a adjudicar as obras de construção e de conservação do cais de Alcântara-Rocha (Lisboa), as quais devem começar este ano a terminar em 1981. O empreendimento, cujo custo total ronda os 700 mil contos, sendo parte coberto por um empréstimo do Banco Europeu de Investimentos, compreende a construção de 1110 metros de cais fundados, a formação de cerca de 19 hectares de terraplanagem e o reforço da estrutura actual,

numa extensão de 500 metros.

A zona do cais que tem vindo, progressivamente, a ser interdita à navegação, será assim revitalizada de modo a facilitar as tarefas dos utilizadores do porto, permitindo maior segurança e melhores condições de carga e descarga. Além disso, com o aumento da área disponível, tornar-se-á possível implantar terminais especializados — como o fruteiro e o açucareiro — que tinham sido inicialmente previstos para a zona portuária de Santa Apolónia.



Vista aérea do cais da Rocha do Conde de Óbidos (Lisboa)

As remessas dos emigrantes

O total das remessas enviadas pelos emigrantes portugueses, no ano findo e até ao mês de Novembro (excluindo Madeira e Açores) atingiu quase 40 milhões de contos. Este montante é o mais alto até agora registado e representa um aumento de 16 milhões e meio de contos, em relação às remessas enviadas de Janeiro a Novembro do ano de 1976.

Segundo o Banco de Portugal, entidade que forneceu estes dados, os emigrantes residentes em França (cerca de 900 mil), contribuíram com quase 27 milhões de contos (67,3 por cento do total das remessas), seguindo-se os emigrantes da Alemanha Federal (cerca de 120 mil) que

enviaram 5,5 milhões de contos e os emigrantes dos Estados Unidos (em número de 180 mil) que mandaram quase dois milhões de contos. Situam-se depois os emigrantes da Bélgica e do Luxemburgo (aproximadamente 42 mil) com 1,263 milhões de contos e os do Canadá (145 mil emigrantes) que enviaram perto de um milhão de contos.

Os valores mais baixos que foram enviados (354 e 325 mil contos) dizem respeito às remessas dos emigrantes do Brasil e da África do Sul (respectivamente, cerca de 560 e 350 mil). Os emigrantes da Suíça (seis mil), da Venezuela (115 mil) e da Holanda (8 mil) enviaram respectivamente 390, 441 e 461 mil contos.



COIMBRA SEMINÁRIO SOBRE ETNOLOGIA E FOLCLORE

Num dos salões das Piscinas Municipais de Coimbra, decorreu um Seminário sobre Etnologia e Folclore desta cidade. Iniciativa de interesse incontestável, este Seminário serviu para demonstrar o interesse de entidades particulares e oficiais na salvaguarda e desenvolvimento das tradições populares, somatório nacional de uma cultura de muitos séculos com arraigadas tradições, de diverso teor e prática, no seio das populações de Portugal.

Entre as várias conclusões, de interesse particular, aprovadas pelos participantes, transcrevemos as seguintes, pelo seu interesse genérico:

— Que a Câmara Municipal de Coimbra, na época de maior afluxo turístico, por iniciativa própria ou em colaboração com outras entidades, programe exposições periódicas de ranchos folclóricos do concelho;

— Que se estabeleçam estímulos especiais aos ranchos que colaborem numa necessária pesquisa de elementos de cultura tradicional do concelho;

— Que, à semelhança do que acontece com diversas associações culturais federadas, seja criada a associação de folclore da região de Coimbra, elo de ligação com a Federação de Folclore Português, na qual poderiam ser admitidos todos os agrupamentos folclóricos que viessem a praticar o verdadeiro folclore regional;

— Que a pesquisa e recolha dos elementos de cultura tradicional do concelho, assente num esforço coordenado entre diversos organismos interessados, nomeadamente: Universidade de Coimbra — com particular relevo para a acção a desempenhar pelo Museu de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia —, Junta Central das Casas do Povo, através do seu serviço distrital

e, finalmente, a Câmara Municipal de Coimbra através dos Serviços Municipais de Turismo;

— Que sejam mantidos com o possível rigor em exibição pública, os instrumentos característicos;

— Que seja mantido pelos grupos o rigor dos trajes apresentados em público;

— Que se sugira à Secretaria de Estado da Cultura, ao Ministério da Educação e Investigação Científica e Direcção-Geral do Turismo, a organização de cursos, seminários e encontros sobre Etnologia e Folclore para professores primários e secundários e para directores de agrupamentos folclóricos.

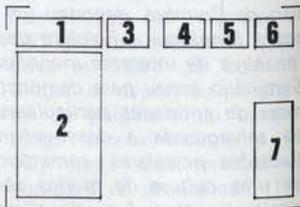
O Seminário adoptou ainda, entre outras conclusões, a de sugerir ao Ministério da Educação e Investigação Científica a criação de uma cadeira de Etnografia e Folclore, assim como a criação de uma licenciatura em Ciências Etnológicas, num futuro Instituto de Ciências Humanas.

Os participantes neste encontro, reafirmaram ainda a necessidade de a SEC fazer todo o seu possível para que volte a aparecer a «Revista de Etnografia» — que se publicava no Porto — como veículo formativo e informativo sobre as ancestrais e genuínas tradições de canto, música e dança popular portuguesa.

Efectivamente, este Seminário sobre Etnologia e Folclore de Coimbra constituiu um marco importante, não pelo ineditismo da sua realização, mas sim pelas perspectivas inovadoras que veio abrir. O Folclore e a Etnografia, sectores essenciais para a reconstituição histórica de um povo e de uma nacionalidade, devem necessariamente ser protegidos do esquecimento e defendidos de todo o tipo de adulteração. Lembremos, a título de exemplo, a atenção que as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro dedicam a toda a gama de tradições regionais, entre as quais o folclore tem uma prioridade sem contestação. No Brasil, Alemanha, França, Argentina, Venezuela, EUA, Canadá, etc., são inúmeros os agrupamentos folclóricos que se constituem, quantas vezes à custa do exclusivo e titânico esforço dos associados de clubes e associações a que estão ligados, para a compra dos trajes, instrumentos, etc. Esta iniciativa, oportuna e sintomática de renovado espírito na defesa do património nacional, encontrará — estamos certos — um eco muito maior do que, talvez, os seus organizadores tenham pensado no início.



MOSTEIRO DE ALCOBAÇA COMPLETA 800 ANOS



- 1 Aspecto geral do Mosteiro de Alcobaça
- 2 Fachada principal do Mosteiro: «Da primitiva construção subsiste o portal de arco quebrado, ladeado por dois nichos de inspiração gótica, sobre os quais se desenha a rosácea entre duas janelas de sugestão manuelina, que ocupam o lugar das frestas iniciais»
- 3 Altar da Morte de S. Bernardo — Escola de Alcobaça, séc. XVII
- 4 e 5 Túmulos de D. Inês e de D. Pedro I
- 6 Sala dos Reis
- 7 Estátua de D. Afonso Henriques



Fundado a 2 de Fevereiro de 1178, o Mosteiro de Alcobaca completou 800 anos sobre a sua fundação, o que motivou uma peregrinação nacional para comemorar o facto. Mandado edificar por el-rei D. Afonso Henriques, o Mosteiro constitui, simultaneamente, admirável obra de estilo românico e proto-gótico e uma notável página nos caminhos iniciais da História portuguesa, o que justifica, aqui, um breve resumo, sobre a sua história e arquitectura.

A sua fundação pelo primeiro rei português, em cumprimento de um voto religioso relacionado com a conquista de Santarém aos Mouros, tem um carácter lendário. Assim, muitos historiadores consideram que Afonso Henriques, não tendo, nessa época, a confirmação papal do título de rei, e sabendo que S. Bernardo gozava, além de fama de alma eleita, de grande prestígio como político, veio a doar os terrenos circunvizinhos e respectiva Igreja à Ordem de Cister. Ordem esta que era originária da Borgonha com primeira Abadia em Claraval.

Os monges de Cister haviam chegado ao território português na pegada das cruzadas armadas pelos países do norte da Europa e muito solicitadas por Afonso Henriques nas primeiras campanhas de conquista territorial aos Mouros. Os monges cistercienses, entretanto já instalados entre nós — em S. João Baptista da Tarouca, no ano de 1140 —, gozavam da fama de exímios povoadores e agricultores, facto que só abona a visão política do fundador da nacionalidade, o qual fomentou assim — com doação das terras regadas pelas ribeiras Alcoa e Baça, bem como com a construção da Igreja — uma povoação fixa nos nos territórios definitivamente sob seu domínio.

A construção do Mosteiro de Alcobaca — talvez uma construção provisória — começou, ao que parece, em meados do século XII, antes da morte do fundador da Ordem de Cister, S. Bernardo, que ocorreu em 1153. Já em 1152 é conhecida uma referência ao Abade de Alcobaca e a respectiva carta de couto data de 1153. O Abade de Alcobaca, segundo documentação coeva, procurou atrair e fixar população rural nas terras que o rei lhe doara e que se estendiam até ao mar, chegando a usufruir de regalias extraordinárias para o efeito. Sabe-se que a vida dos seus primeiros

monges foi de intenso labor e não isenta de dificuldades. Estavam longe ainda do período faustoso do século XVIII, em que a cozinha — onde se assavam reses inteiras — era a dependência mais importante de todo o Mosteiro. Os monges de Cister tiveram uma admirável acção civilizadora: em 1269 abriram a primeira escola pública; deram exemplos do cultivo da terra e do aproveitamento dos seus produtos; dedicaram-se, mais tarde, a estudos históricos de que importa reter os que realizou Frei António Brandão (1564-1637); as oficinas de imagens religiosas foram incrementadas na Abadia (dos trabalhos dos monges baristas resta-nos, ainda que arruinada, uma obra de grande interesse plástico:

A Morte de S. Bernardo); finalmente, e não menos digna de registo, tiveram uma dilatada acção de assistência e beneficência através da enfermaria e portaria.

O Mosteiro era inicialmente constituído pela Igreja — a construção de maior vulto —, o Claustro, a Casa do Capítulo e todas as demais dependências anexas necessárias à vida monacal: cozinha, refeitório, dormitório, livraria e oficinas. Este vasto complexo apresenta-se estruturalmente ligado às soluções gerais (estéticas e filosóficas) da Ordem de Cister, nomeadamente à Abadia-Mãe de Claraval.

Nos fins do século X a Abadia de Cluny influenciou sobremaneira na arte arquitectónica religiosa. As igrejas cluniacenses caracterizavam-se por inúmeros elementos decorativos, sendo vulgarmente conhecido, como pormenor histórico, o facto de em Cluny, só no «ensino do grafismo», ter chegado a haver cerca de 5 mil alunos; as esculturas e os seus manuscritos enriquecidos com iluminuras coloridas tornaram Cluny influente na renovação das artes de então. Contra estas manifestações de gosto pela beleza material se levantou S. Bernardo, que, em 1112, fugindo ao mundo, se recolhera em Cister, saindo da Abadia de Cluny para fundar a Abadia de Claraval. A nova família religiosa ensina então que os monges devem viver do seu trabalho, não acumular riqueza e, como ficou estabelecido, os seus mosteiros não se construiriam senão em lugares afastados dos caminhos e neles não deveria haver nem esculturas nem pinturas. As portas

das igrejas seriam simplesmente pintadas de branco, como brancas eram as vestes destes monges — as «cogulas» — e os calígrafos escreveriam com uma só cor e sem pinturas.

Assim, a Igreja do Mosteiro de Alcobaca, apesar de várias modificações parciais, sofridas com o rodar dos séculos, impressiona, no seu conjunto, pela austeridade das naves, apenas penetradas por uma luz discreta que permite admirar a pedraria nua, a frieza dos pilares e a abóbada, a grande altura. Esta Igreja é considerada, assim, como o mais perfeito e acabado exemplo do estilo de

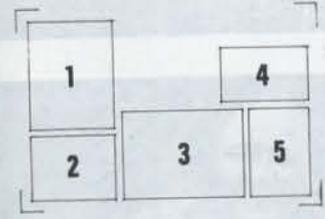




Cister, dentro dos cânones do românico e protogótico. A sua planta é de cruz latina, com orientação nascente-poente, e desenvolve-se paralelamente à galeria sul do claustro. Apresenta três grandes naves sensivelmente da mesma altura — uma central e duas colaterais —, um transepto desenvolvido, no qual se abrem várias capelas, e uma cabeceira bastante complexa, formada pela capela-mor, pelo deambulatório e pelas capelas radiantes. Do primitivo conjunto do século XVII conservam-se dois núcleos importantes: o relicário e o retábulo da morte de S. Bernardo, além de outros elementos espalhados pelo Mosteiro. Delapidada durante as Invasões Francesas, em 1811, a Igreja sofreu acréscimos vários; no entanto, continua a ser um monumento único da arte cisterciense.

No Mosteiro de Alcobaça guardam-se os túmulos de D. Pedro I e de D. Inês, as mais famosas arcas tumulares lavradas

que existem no País — como que simbolizando o que Camões denominou «do firme amor o fogo aceso» —, significativos exemplos da escultura medieva.



- 1 Transepto do Mosteiro (lado Sul)
- 2 Nave principal do Mosteiro
- 3 Cláustros do Mosteiro
- 4 Refeitório
- 5 Cozinha do Mosteiro



Morreu Tristão da Silva

Num trágico acidente de viação morreu o cançonetista Tristão da Silva.

O popular fadista, cujo nome completo era Manuel Augusto Martins Tristão da Silva, tinha 50 anos e nasceu em Lisboa, no Alto do Pina, em 1927, começando a cantar aos nove anos de idade. Os seus apreciáveis dotes artísticos cedo o levaram a actuar em vários teatros de revista, tais como o Apolo, Mária Vitória, ABC, Variedades e Monumental.

Ao longo da sua carreira artística, repartida entre Portugal e o Brasil, Tristão da Silva deu também diversos espectáculos em África, América do Sul, Espanha, França, Canadá e Estados Unidos, especialmente junto das comunidades portuguesas aí residentes, cujo sentimento de nostalgia pela Pátria distante encontrou uma resposta nas canções do artista. Em São Paulo (Brasil) foi galardoado, em 1961, com o «Troféu Sacis», outorgado ao melhor cantor estrangeiro da temporada.

Tristão da Silva dedicou também especial actividade à gravação de discos. Gravou mais de 500 canções, sendo os seus títulos bastante conhecidos, desde o grande sucesso de «Nem às paredes confesso...», até «Aquele Janela Virada para o Mar», passando por «Maria Morena», «Se Os Meus Olhos Falassem», «Amarra Quebrada», «Lisboa é Fado», «Não sei Quem és» e tantas outras de feliz e simples melodia, galardoadas, por isso mesmo, com o traçar simples do povo, afinal o melhor dos prémios.

Com a morte de Tristão da Silva, perde-se uma das vozes mais «castiças» do fado de Lisboa.

Oferta de Moacir Andrade à Casa-Museu Ferreira de Castro

Esteve patente ao público, na Galeria de Arte do Casino Estoril, uma exposição de pintura de Moacir Andrade, conhe-

cido artista brasileiro, natural de Manaus. À inauguração da mostra assistiram, entre outras personalidades, o embaixador do Brasil em Lisboa, o presidente da Assembleia da República, o presidente da Câmara Municipal de Sintra e a pintora Elena Muriel, viúva de Ferreira de Castro. Recorde-se que Moacir Andrade tem vindo a desenvolver uma profícua acção, tanto em Portugal como no Brasil, no sentido de constituir uma «Associação dos Amigos de Ferreira de Castro», destinada a promover a divulgação da obra do autor de «Emigrantes» entre os jovens portugueses e brasileiros. Com este objectivo, Moacir Andrade decidiu oferecer metade da receita proveniente da venda dos quadros expostos no referido certame, de modo a custear as primeiras despesas que necessariamente irá enfrentar a «Associação dos Amigos de Ferreira de Castro». Moacir de Andrade decidiu, por outro lado, oferecer à Casa-Museu Ferreira de Castro, na vila de Sintra, um quadro representando o seringal «Paraíso», local onde Ferreira de Castro viveu alguns anos, durante a sua estada no Brasil, e onde escreveu um dos maiores sucessos literários de sempre: o romance «A Selva».

“Ode-Marítima” editada no México

A Universidade Nacional Autónoma da Cidade do México (UNAM) editou a «Ode Marítima» de Álvaro de Campos (heterónimo de Fernando Pessoa); em tradução de Carlos Montemayor e com ilustrações de Daniel Kent.

Esta tradução demonstra bem a universalidade daquele poeta português e constitui, simultaneamente, um contributo louvável para a divulgação da cultura portuguesa.

A edição mexicana da «Ode Marítima» foi lançada em estilo de caderno, com grande tiragem e preço acessível.



1



2



3

4



- 1 e 2 *Dois fotos do popular cançonetista Tristão da Silva*
3 *O pintor Moacir de Andrade junto a um dos seus quadros*
4 *O poeta Fernando Pessoa*



1



2

3



- 1 O norte-americano G. Meyer durante o «Il Cross Internacional das Amendoeiras»
- 2 Fernando Mamede e G. Meyer no final da prova
- 3 Uma imagem da «Volta» do ano passado

II Cross Internacional das Amendoeiras

O «Il Cross Internacional das Amendoeiras», realizado em Vilamoura (Algarve), constituiu uma das provas mais significativas do atletismo português nos últimos meses. Reunindo os melhores atletas nacionais e cerca de duas dezenas de estrangeiros, a prova foi também um êxito no âmbito desportivo, embora o triunfo não pertencesse a nenhum português. O norte-americano G. Meyer — 4.º classificado na Corrida de São Silvestre, em São Paulo — não sendo, à partida, apontado como favorito, foi no entanto o indiscutível vencedor, impondo-se aos britânicos T. Simmons e B. Foster e ao «sportinguista» Fernando Mamede, sem dúvida o melhor atleta português nesta prova. Outros atletas nacionais em evidência foram Aniceto Simões e José Sena, do Porto. Também Carlos Lopes, recentemente regressado às «fileiras» da competição, esteve à altura do que actualmente pode fazer. Classificação individual: 1.º, Greg Meyer (EUA); 2.º, Simmons (Inglaterra); 3.º, B. Foster (Inglaterra). Quanto aos portugueses: 4.º, Fernando Mamede (Sporting); 5.º, Aniceto Simões (Sporting); 8.º, José Sena (Porto); 12.º, Carlos Lopes (Sporting). Em senhoras venceu Rosa Mota, do Futebol Clube do Porto.

Sporting ganha Cross Internacional de Lyon

A presença de atletas portugueses no estrangeiro, teve entre outras surpresas, o regresso do «Campeoníssimo» Carlos Lopes! Mas falemos das surpresas...

No «Cross Internacional de Lyon», em França, o Sporting ganhou colectivamente, com um trio formado por Fernando Mamede (3.º classificado na

prova), Aniceto Simões (5.º) e Carlos Lopes (em 11.º).

O «Cross Internacional de Lyon» estava dividido em duas corridas, respectivamente para seniores e juniores. A prova principal foi ganha pelo belga Emiel Puttemans, seguido do suíço Ryffel e Mamede, a 9 segundos do vencedor. Além de Aniceto e Lopes, acabaram ainda a prova os sportinguistas Rafael Marques (30.º), Carlos Cabral (31.º), André Prudêncio (48.º) e Luís Horta (61.º). Em juniores, triunfou o inglês Venmore, classificando-se os portugueses Fernando Miguel e Humberto Sequeira, respectivamente em 5.º e 9.º lugares. Vencedor por equipas, o Sporting terá, contudo, que esperar mais algum tempo até que o campeão do atletismo nacional reencontre a sua «passada» de vedeta e volte a contribuir decisivamente para a conquista de mais troféus para os «leões».

Ciclismo: Organização da «Volta 78»

Já se conhecem os nomes dos principais responsáveis pela «Volta a Portugal em Bicicleta» de 1978, os quais, com uma antecedência louvável, já iniciaram os seus trabalhos. Entretanto, um dos primeiros problemas em debate pela Comissão Executiva, é a passagem da «Volta» pelo sul do país (Alentejo e Algarve), estando a envidar-se todos os esforços neste sentido. Para tal, o presidente da Associação de Ciclismo de Faro tentará arranjar uma solução, apresentando-a em seguida à citada Comissão. Espera-se, nos meios ligados à modalidade, que a solução seja de molde a fazer, com que a «Volta-78», se possa, efectivamente, denominar «Volta a Portugal em Bicicleta», coisa que no ano anterior não aconteceu, na medida em que o Alentejo e o Algarve ficaram fora do seu programa, ao que se disse, por falta de capacidade hoteleira. O assinalável êxito de anteriores edições desta prova pode ser de novo alcançado, atendendo a que já se iniciou a sua organização com a antecedência necessária.

MADEIRA

Associação de Folclore Madeirense

Foi criada na cidade do Funchal a Associação do Folclore Madeirense, cujo objectivo principal é salvaguardar «o tipismo das danças e cantares da ilha da Madeira que, ultimamente, andam bastante estropiados», segundo declararam os seus promotores. A Associação tem o patrocínio da Delegação de Turismo da Madeira e prevê, para breve, uma reunião com todos os directores dos grupos folclóricos da ilha, nomeadamente, os grupos da Camacha, Livramento, Boa-Nova, Ilhéus, Porto da Cruz, Santana e, ainda, com o Grupo Folclórico de Porto Santo o qual, apesar de recentemente fundado, conta já com inúmeras actuações de mérito no estrangeiro.



AÇORES

Quinzenário "As Flores"

O quinzenário regionalista «As Flores», editado em Santa Cruz das Flores, comemorou mais um ano de existência. Saliente-se que este periódico é o único existente na parte ocidental deste arquipélago açoriano, funcionando como porta-voz das ilhas situadas nestas paragens, para além de ser veículo de informação para a comunidade açoriana residente nos Estados Unidos. O quinzenário, com uma tiragem média de 1000 exemplares e onde avulta a extrema carência de meios técnicos, deve a sua publicação apenas à «carolice» dos poucos que o fazem. Esta segunda série da vida de «As Flores» é, por si mesma, já um longo

estado de pequenos-grandes heroísmos que é de justiça elogiar. Particularmente sensíveis ao trabalho da imprensa regional — sobretudo àquela que maiores dificuldades enfrenta —, por dever de ofício e porque sabemos quanto ela é carinhosamente recebida pelas nossas comunidades, endereçamos ao jornal «As Flores» os nossos desejos de mais um ano de bom trabalho, em prol da causa regional que tem demonstrado saber defender.



Ano Novo Entrevistas **PENSANDO**
 A Associação de Folclore Madeirense, criada em 1976, tem como objectivo principal a salvaguarda do folclore madeirense. O seu primeiro encontro com todos os directores dos grupos folclóricos da ilha, nomeadamente, os grupos da Camacha, Livramento, Boa-Nova, Ilhéus, Porto da Cruz, Santana e, ainda, com o Grupo Folclórico de Porto Santo o qual, apesar de recentemente fundado, conta já com inúmeras actuações de mérito no estrangeiro.

Secretaria Regional do Comércio e Indústria
 A Secretaria Regional do Comércio e Indústria, criada em 1976, tem como objectivo principal a promoção do comércio e da indústria regionais. O seu primeiro encontro com todos os directores dos grupos folclóricos da ilha, nomeadamente, os grupos da Camacha, Livramento, Boa-Nova, Ilhéus, Porto da Cruz, Santana e, ainda, com o Grupo Folclórico de Porto Santo o qual, apesar de recentemente fundado, conta já com inúmeras actuações de mérito no estrangeiro.

Temas e Problemas dos Ocidentais Paragens
 O tema principal do quinzenário «As Flores» é a vida e os problemas dos ocidentais paragens. O seu primeiro encontro com todos os directores dos grupos folclóricos da ilha, nomeadamente, os grupos da Camacha, Livramento, Boa-Nova, Ilhéus, Porto da Cruz, Santana e, ainda, com o Grupo Folclórico de Porto Santo o qual, apesar de recentemente fundado, conta já com inúmeras actuações de mérito no estrangeiro.

BONS FESTAS
 O quinzenário «As Flores» deseja a todos os leitores bons festeiros. O seu primeiro encontro com todos os directores dos grupos folclóricos da ilha, nomeadamente, os grupos da Camacha, Livramento, Boa-Nova, Ilhéus, Porto da Cruz, Santana e, ainda, com o Grupo Folclórico de Porto Santo o qual, apesar de recentemente fundado, conta já com inúmeras actuações de mérito no estrangeiro.

Fábrica de açúcar

Entrou em funcionamento, em Ponta Delgada, uma fábrica de açúcar a partir da beterraba, esperando-se que a sua produção alcance, este ano, cerca de 100 mil toneladas daquele produto, o que equivalerá a uma receita da ordem dos 100 mil contos. Recorde-se que a beterraba é uma das mais fortes produções agrícolas do arquipélago, sendo cultivada, sobretudo, nas ilhas Terceira e Faial.

Construção de Habitações em Angra do Heroísmo

Iniciar-se-ia em breve a construção de 24 fogos na Avenida 28 de Setembro, nesta cidade, iniciativa que irá contribuir para minorar o problema da habitação na ilha Terceira. Com o mesmo objectivo, as autoridades contactaram já uma firma que poderá construir mais uma dezena de fogos na Canada dos Clis, em S. Carlos, e encomendaram um estudo sobre a possibili-

dade de construção de 45 habitações na Terra Chã. O problema da falta de alojamento, segundo informa a agência ANOP, tem-se feito sentir tanto na Terceira como em S. Miguel ou no Faial, quer pela carência de algumas matérias-primas para a construção civil, quer pela falta de pessoal especializado neste ramo.



MACAU

Saldo positivo para 1978

É positivo o saldo do Orçamento de Macau para 1978: as receitas previstas cifram-se em um milhão e 560 mil contos, enquanto as despesas se elevam apenas a um milhão e 532 mil contos. Cerca de 45 por cento das despesas visam os sectores da educação, saúde, previdência social, habitação, urbanização e telecomunicações. Os restantes 738 mil contos serão orientados para os sectores da segurança pública, economia, turismo e manutenção dos serviços administrativos. A educação beneficiará de 68 904 contos, o que representa mais 22 mil contos que no ano anterior. Também subiu substancialmente o quantitativo destinado à saúde, que se eleva a 127 mil contos (mais 24 mil contos que em 1977). A Previdência Social é contemplada com 210 mil contos, e a habitação, urbanização e telecomunicações com 343 mil contos; estes quantitativos são também superiores aos de 1977. Saliente-se, por outro lado, que as despesas com a segurança pública aumentaram em 39 mil contos em relação a 1977, cifrando-se este ano em 309 mil contos, metade dos quais destinados à Polícia de Segurança Pública. Este aumento está directamente relacionado com a campanha desenvolvida em Macau contra a criminalidade e que im-

plica a modernização dos efectivos policiais.



Universidade em férias

O Governo Regional de Macau está a estudar a possibilidade de criar, em Agosto do corrente ano, uma Universidade de Férias, destinada, numa primeira fase, à organização de seminários sobre sociologia. Pretende-se ainda que a futura Universidade venha a estar, no futuro, filiada na Universidade da Organização das Nações Unidas (ONU). O projecto de criação desta escola universitária surge na sequência de uma proposta apresentada ao Governo local pelo prof. Almerindo Lessa, que, recentemente, chefiou naquele território uma missão científica dedicada ao estudo do homem asiático. Segundo um porta-voz governamental, espera-se que «pelo internacionalismo das matérias que se pretendem tratar e pelo mérito dos conferentes» a nova instituição possa contribuir «para afirmação do prestígio cultural de Macau no sueste asiático».



Prof. Almerindo Lessa

VIANA DO CASTELO



1

2

Camilo Castelo Branco, Guerra Junqueiro, José Caldas e muitas outras figuras vianenses dedicadas às artes, letras ou administração pública, contribuíram para ilustrar o nome e as genuínas tradições da velha cidade.

Viana do Castelo encabeça hoje o distrito do mesmo nome, com uma área que se estende por 2221 km², distribuídos por 10 concelhos e 287 freguesias. Delimitada a leste pelo rio Neiva, confronta a poente com o rio Minho, cujo curso reparte com a Galiza, enquanto ao centro corre o rio Lima.

Supõe-se que o burgo foi criado por volta do ano 4000 A. C. com o nome de Calpe. Tratar-se-ia, provavelmente, de uma pequena povoação de marinheiros. Sabe-se que, quase no início da era cristã, foi invadida pelas legiões romanas de Décio Júnio Brutus. Datam desta época as reconstruções ou construções de «castros», da responsabilidade de Décio Brutus, e que tinham por objectivo assegurar uma linha defensiva; o mais notável destes monumentos está patente nas ruínas da citânia de Santa Luzia. Tomando o nome de Brutónia, a cidade torna-se importante paço episcopal, por volta do ano 610, vindo a ser ocupada pelos árabes quatro séculos mais tarde. Os sobreviventes destas últimas invasões fixaram-se no sopé da montanha, criando o lugar de «Povoança» e aí erigindo um templo a Santa Maria da Vinha, hoje matriz da freguesia de Areosa.

A partir do século XVI, Viana da Foz do Lima torna-se berço de poetas, diplomatas, artistas, comerciantes e artífices. Apeiam-se as velhas muralhas e rasgam-se ruas novas e zonas habitacionais. No Campo do Forno (Praça da República) edifica-se a Casa da Câmara; João Lopes («O velho») concebe a Casa da misericórdia e desenha e constrói o chafariz de granito, singular ex-libris da cidade. É, então, criado o condado de Viana, marcado por singulares construções apalaçadas. No século XIX, a rainha D. Maria II concede-lhe categoria de cidade, em recompensa da lealdade manifestada quando do cerco do Castelo de S. Tiago da Barra pelas tropas da Junta do Porto comandadas pelo conde das Antas. A cidade

passou, então, a denominar-se Viana do Castelo.

CARACTERÍSTICAS REGIONAIS

A região do Noroeste — que abrange as províncias do Minho, Douro Litoral e Beira Litoral — é a área de maior densidade populacional de Portugal continental (306 hab./km²). Dois aspectos regionais há a salientar: por um lado, as minúsculas leiras carinhosamente tratadas, trepando em íngremes socacos pelas encostas, ocupadas em qualquer época do ano com intensa policultura; por outro lado, a intensidade de povoamento, marcado na paisagem pelas inúmeras casas de andar, ora espalhadas pelo campo, no Minho, ora agrupadas em pequenos núcleos aninhados entre as incisões abruptas dos vales, no Douro. Em toda a área domina a pequena propriedade: 355 prédios rústicos por quilómetro quadrado em Viana do Castelo, são poucas as famílias que não têm uma casa própria e um pedacito de chão para cultivar.

Numa população tão densa, vivendo da terra quase exclusivamente, seria difícil esperar um nível de vida elevado. Para ultrapassar esta situação dois caminhos se apresentavam de imediato à população: trabalhar na indústria ou emigrar.

A EMIGRAÇÃO

No que respeita à emigração, recorde-se que, de 1886 a 1950, se registaram 342 000 emigrantes, na sua maioria pequenos proprietários. O Brasil foi, inicialmente, o país preferido, seguido dos Estados Unidos da América. A partir da década de 50 — e especialmente de 60 — apesar do surto industrial ter conhecido franco desenvolvimento, o problema da emigração agravou-se: de 1950 a 70 saíram da região 236 000 habitantes, com o máximo de 28 300 em 1966. O local de destino variou: o Brasil deixa de ter importância passando o primeiro lugar a ser ocupado pela França, nomeadamente a partir dos últimos anos da década de 50. A este país cabia, há poucos anos, 75 % do total de portugueses emigrados. O dinheiro por eles

enviado e o desenvolvimento da indústria local contribuíram de maneira decisiva para as transformações agora visíveis na paisagem: em vez das tradicionais casas de blocos de granito, raramente aparelhados e caiados, vêem-se estas mesmas casas ampliadas, rebocadas e pintadas de cores berrantes e, entre elas — principalmente nas extremidades das aldeias — casas grandes, de cimento, geralmente de dois andares, com vistosas escadas exteriores.

GENTE DE «AO-PÉ-DO-MAR»

Não é exagero afirmar que Viana do Castelo possui o condão de alegrar a vista aos que nela moram ou a visitam. São inumeráveis as suas festas e romarias, feiras e arraiais. Possui monumentos e obras de arte que são motivo de interesse a diversos títulos. Por outro lado, é bem conhecida a hospitalidade e a singela simpatia da sua gente, mantendo seculares tradições de usos e costumes, o que, se pensarmos ainda no encanto da paisagem, nos leva a criar uma «paixão» amena por esta cidade e pela sua gente de «ao-pé-do-mar».

Mas, para além do húmus humano, existem as perspectivas para o futuro, as quais, quando finalmente aproveitadas, poderão fazer desta velha e airosa cidade, uma capital cosmopolita, um porto laborioso, uma terra industrializada.

RECURSOS NATURAIS

Referimo-nos, obviamente, às suas potencialidades industriais e às riquezas do seu subsolo. Com efeito, segundo dados recentes, conhecem-se 123 minas ou jazigos espalhados pela região periférica, sendo 80 de estanho, 12 de volfrâmio, 22 de volfrâmio e estanho, 1 de tantálio, 1 de estanho e tantálio, 1 de estanho e arsénico, 1 de ouro e prata, 1 de ferro e 4 de caulino.

A par desta enorme riqueza ainda inaproveitada, são conhecidas e justamente apreciadas as águas minero-medicinais de Melgaço e Monção. No rio Minho, pesca-se o salmão, sável, lampreia, tainha, mujo e solha; no rio Lima, o sável, lampreia, solha e enguia; em outros cursos de

UM POUCO DE HISTÓRIA

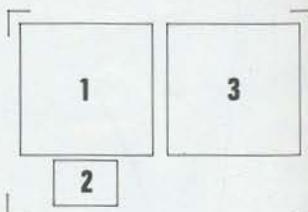
Tem-se como seguro que só a partir do século XIV a «vila» de Viana entrou em franco progresso, sendo a partir deste último século e até meados do século XVIII, que aqui se fixaram inúmeros mercadores e gentes de diversas artes e ofícios. No ano de 1493, ocorreu um facto importante e que viria ocupar relevante papel no posterior desenvolvimento de Viana: a fixação na vila de uma importante comunidade judaica, proveniente da Catalunha, a qual ocupou as vielas de Sequeiros e Seitães. Desempenhando um papel notável na época dos descobrimentos e da expansão do comércio, Viana contactava, através do seu porto, com diversos países do norte da Europa, para onde transaccionava vinhos, frutas e sal, em troca de tecidos, cutelarias, vidros e tapeçarias. Urbe permeável a diversas culturas e inovações sociais, Viana da Foz do Lima, beneficiava de um favorável surto de evolução, povoando-se cada vez mais. De urbe de marinheiros, mercadores e guerreiros, com um polícromo formigar sócio-cultural, tornou-se cidade e, mais tarde, capital de distrito.





menor importância existe a truta, a boga e o escalo.

No entanto, os homens emigram. Emigram em número excessivo, sobretudo os dos meios rurais vianenses. Por isso se torna mais premente o aproveitamento de todas as capacidades e potencialidades da região, com vista ao regresso definitivo desses milhares de braços válidos, com vista ao maior progresso e à inteira valorização da cidade e da região circunvizinha.



- 1 Vista aérea da Basílica de Santa Luzia e da zona litoral
- 2 Viana do Castelo vista do monte de Santa Luzia
- 3 Festas da Senhora d'Agonia: aspecto do cortejo etnográfico



FESTAS DA SENHORA DA AGONIA

As «Festas de Nossa Senhora d'Agonia» caracterizam-se, antes de tudo, pelo seu cortejo etnográfico, artesanal e alegórico, que caminha todos os anos, ao sol quente, pelas ruas polvilhadas de gente de todos os quadrantes, entre a qual se distinguem os emigrantes em férias. Passam pajens com as cores heráldicas de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Paredes de Coura, Melgaço, Monção, Valença, Vila Nova

de Cerveira e Caminha. E curiosamente, surge a figura de Viana que, sem ceptro nem coroa, teima em ser princesa...

O MORDOMO: UMA TRADIÇÃO ANCESTRAL

Em todas as freguesias rurais existe um mordomo, cuidadosamente escolhido com um ano de antecedência. Compromete-se este mordomo a diligenciar o recrutamento dos músicos e a oferecer à comitiva, encabeçada pelo pároco,

o almoço-banquete do domingo (ou segunda-feira) de Páscoa. No Minho, ninguém se escusa a estas funções de «mordomo», por mais dinheiro que tal «honra» obrigue a dispender, ou pelo menos assim era ainda não há muito tempo... Não se tratará somente de agradar ao «Céu», também é preciso impressionar os vizinhos e os despeitados de-ao-pé-da-porta, num despique sempre renovado de ano para ano.

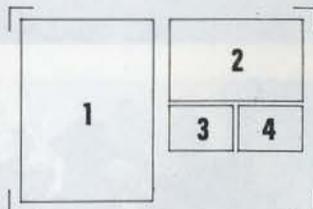
Quando a noite se aproxima e os homens se sentem já cansados, faz-se o «Clamor», nas terras dos Arcos





e de Vitorino. Na hora do recolher das cruzes que entram nas casas de aldeia, pobres ou ricos, juntam-se os mordomos, os conhecidos e o pároco, na última casa a visitar. Chega ali, entretanto, a orquestra de cordas — violinos, violas, cavaquinhos e violões —, a cargo de velhos músicos da localidade. Apronta-se o grupo coral, composto de rapazes e raparigas: são então os «clamores» das cruzes cantados. É o clamor da Páscoa!

Provenientes das festas hebraicas de Jerusalém e das festas pagãs de Roma e de Atenas, conservam-se, assim, nos nossos dias os usos e costumes que promoveram estas manifestações. De resto, em Viana e sua região, persiste a lenda — ou a história? — de que a cidade foi fundada com o nome de Calpe, no ano de 2086 antes da nossa era, por Diomedes, filho de Tydeu, rei de Otólia, na Grécia, poucos anos depois da destruição de Tróia.



- 1 Um aspecto da procissão da Senhora d'Agonia
- 2 Desfile de «cabeçudos»
- 3 Um espectáculo de dança folclórica minhota durante as festividades
- 4 Mulheres minhotas com trajos tradicionais



Rosa Ramalho UMA MULHER DO MINHO

Tinha um forno. Um dia aqueceu-o com a lenha recolhida nos baldios. Cozeu nele o barro onde reproduziu figuras da sua infância. Correu romarias a vendê-las. Resistiu ao tempo, a moldar essas figuras. Um dia disse a alguém: «Nada mais peço à vida que uma bilha de barro». E, por

artes «mágicas», a vida deu-lhe mais que a bilha: criou uma arte, uma escola, um nome de artista com assinatura e tudo. Depois morreu. Mas fica registado no seu barro, para além da morte, o traço fantasista das mãos simples desta mulher do Minho.

FEIRA DO QUEIJO DA SERRA

Tomar
Feiras
dos Tabuleiros

Programação
deste ano

de Foz
no Figueira

A Comissão Municipal de
Turismo de Foz de Iguaçu
está a organizar a
Feira do Queijo da Serra
em Foz de Iguaçu, no
Estado do Paraná, a
partir de 1958.

Na região da Serra da Estrela, realizou-se pela primeira vez, uma «Feira do Queijo da Serra», iniciativa que decorreu nos mercados municipais de Seia, Gouveia e Manteigas. Ao todo, segundo foi anunciado, venderam-se mais de dez toneladas de verdadeiro queijo da serra, premiando-se alguns dos tradicionais pastores desta região beirã, notáveis obreiros desta delícia tão genuinamente portuguesa. Lembramos ao leitor que, vítima de fenómenos sócio-económicos de ordem vária, o procurado e autêntico queijo da serra, atravessa uma fase difícil que quase levou à sua extinção. Seja pela idade avançada da maioria dos obreiros da «maravilha»; seja porque a inevitável industrialização do produto, mais compensadora economicamente, fez com que este perdesse muito da sua qualidade, quando não é aturadamente trabalhado por mãos de mestre.

Segundo declarou o presidente do Município de Seia, o certame foi um êxito, não só no que concerne à qualidade dos queijos apresentados, como também sob o ponto de vista comercial. Em Seia, por exemplo, concorreram 80 pastores-produtores das várias aldeias da vizinhança. O júri, constituído por pastores e suas mulheres, apreciou e julgou da qualidade do fabrico do queijo.

Segundo a opinião do júri, que não foi contestado, o melhor queijo apresentado em Seia foi o de um velho pastor da localidade da Póvoa Nova, Manuel Francisco Cardoso. Em Gouveia, por sua vez, o primeiro prémio coube a Maria Adelaide de Sousa Gomes, de Aldeias. Ambos receberam seis mil e quinhentos escudos cada. Em segundo lugar classificou-se Joaquim Mendes Garcia, de Valezim, e, em terceiro, o pastor José António Baptista, de Sabugueiro. De assinalar que os pastores da aldeia de Sabugueiro obtiveram mais seis prémios de qualidade, nas classificações entre o quarto e o décimo quinto lugares.

Esperamos que esta iniciativa relevante motive e incentive os produtores locais, desenvolva os circuitos de mercado deste tão típico produto da Serra.



Três aspectos da primeira «Feira do Queijo da Serra»

Tomar: Festas dos Tabuleiros

Vão-se realizar entre 14 e 17 de Julho próximo as tradicionais Festas dos Tabuleiros nesta cidade. A Comissão Municipal de Turismo apresentou já o programa à Câmara local. As referidas festas serão constituídas por várias exposições subordinadas ao tema «As Potencialidades do Concelho»; além do Cortejo dos Tabuleiros o programa inclui concursos de montras e ruas ornamentadas, um festival desportivo, arraiais populares e um espectáculo taurino. Estas festas, de remotas tradições, primam pelo seu colorido e engenhosa ornamentação de flores que jovens raparigas levam, em tabuleiros, sobre as cabeças em cortejo que percorre as ruas da cidade.

Coimbra: Festas da Rainha Santa

Em recente reunião, a Comissão Executiva das Festas da Rainha Santa e da cidade de Coimbra, que decorrerão de 1 a 9 de Julho, deliberou dar nível nacional ao Cortejo Etnográfico. Saliente-se ainda, entre as deliberações da Câmara, a preferência dada para cartaz a uma gravura da Rainha Santa, datada de 1530 e que se encontra no Museu Nacional Machado de Castro. A edilidade decidiu, por outro lado, encaixar contactos, junto das autoridades competentes, para a realização das Feiras Popular e Industrial que integrarão, em princípio, o programa das referidas festas.

Exposição-Feira Agrícola e Industrial de Vila Franca de Xira

Realizar-se-á, de 6 a 14 de Março próximo, a III Exposição-Feira Agrícola desta laboriosa e tradicional vila. Esta é a primeira edição do certame a ser organizada pela Câmara Municipal da localidade, através dos seus serviços de Informação e Turismo, os quais, para o efeito, constituíram um Secretariado Permanente. Assinale-se que as

duas edições anteriores foram organizadas por uma firma do ramo, não tendo sido possível ao Município colmatar, a tempo, as lacunas que então se verificaram.

Feira do Mar na Figueira da Foz

A Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz, levará a efeito, entre 17 e 25 de Junho deste ano, a Feira do Mar («Fimar 78»). O certame pretende, essencialmente, criar uma oportunidade para a apresentação das diversas actividades económicas ligadas ao mar, suas realidades, potencialidades história e futuro. Paralelamente à Feira do Mar, está previsto a efectivação de toda uma série de realizações, com realce para conferências, manifestações culturais e provas desportivas, concursos, etc., que preencherão a semana de duração da «Fimar 78» e que deverão estender-se mesmo para além da data de encerramento do certame. A «Fimar 78»



1



1 Tomar: Cortejo dos Tabuleiros

2 A Rainha Santa, num quadro de um pintor flamengo da época

ficará instalada junto à entrada da barra e da praia da Figueira da Foz, na área circundante do velho e histórico forte de Santa Catarina, ocupando cerca de 40 mil metros quadrados.

Algarve: Programação deste ano

Durante uma reunião com a imprensa, efectuada no Hotel da Balaia, perto de Albufeira, a Comissão Regional de Turismo do Algarve, através do seu presidente, apresentou um longo relatório das actividades realizadas em 1977, assim como todo o programa previsto para 1978, do qual citamos os principais pontos:

- Feira de Antiguidades, em Faro, com duração de 8 dias;
- Concerto Musical na Semana Santa, na Sé de Faro, pela Orquestra e Coro da Fundação Gulbenkian;
- Semana Musical da Primavera, com a realização, por toda a província, de vários concertos;



2



- Campeonato Internacional de Tiro ao Voo, em Faro, com previsível participação de alguns dos melhores atiradores europeus;
- Feira Nacional de Artesanato, iniciativa, inédita e que se julga vir a ser de grande efeito promocional para a Região e o País;
- Verão Musical do Algarve durante os meses de Julho e Agosto, com a colaboração dos serviços de música da Fundação Gulbenkian;
- Festival de Música de Jazz, em Julho, com a colaboração do Clube Cascais Jazz;
- Concurso de Construções na Areia, em Agosto;
- II Festival Nacional de Folclore/Algarve-78;
- Concertos de Bandas Militares, em Novembro;
- II Encontro de Teatro Amador, em Dezembro.

Estas iniciativas programadas pela C. R. T. A. vem na sequência dos sucessos alcançados em 1977 na promoção turística da região. Para o ano em curso, ainda segundo as informações prestadas na referida reunião, os esforços de propaganda e promoção, serão desenvolvidos, sobretudo, nos E. U. A., Canadá, Holanda, Bélgica, Espanha, Inglaterra, Países Escandinavos e Alemanha Federal.

Festa do Emigrante/78

O semanário «Notícias da Covilhã» anunciou que o Secretariado Diocesano da Emigração, com sede no Centro Cultural desta cidade, levará a efeito, no mês de Agosto, a Festa do Emigrante, a nível diocesano e não apenas a nível local. Em datas diferentes e com programa próprio, as diversas iniciativas desta Festa irão decorrer em Casegas (Covilhã), Aldeia de Santo António (Sabugal) e na vila de Trancoso. Na Covilhã, em data ainda a designar, far-se-á uma exposição de pintura do emigrante António Barrocas. Para as dioceses do Nordeste — Portalegre, Guarda, Viseu, Lamego, Vila Real, Castelo Branco e Bragança — estão previstas diversas realizações neste âmbito.

LUÍS CABRAL EM LISBOA

DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES LUSO-GUINEENSES

A convite do general Ramalho Eanes deslocou-se a Lisboa, para uma visita oficial de três dias, o Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, Luís Cabral. Durante esta visita foram assinados novos acordos de cooperação entre os dois países, dando-se, assim, continuidade às excelentes relações diplomáticas entre Portugal e a Guiné-Bissau.

Antes da chegada do Chefe de Estado guineense ao nosso País, decorreu, em Lisboa, a reunião da Comissão Mista de Cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau. Esta Comissão tem reuniões alternadas nas duas capitais, tendo como objectivo debater todos os aspectos referentes aos acordos de cooperação em vigor e, simultaneamente, preparar novas formas de cooperação, a curto e médio prazo, entre os dois países.

Membros das delegações portuguesa e guineense consideraram altamente positivas as conclusões desta reunião, tendo o director-geral da Cooperação da Guiné-Bissau, Inácio Semedo — que chefiou a delegação do seu país — declarado, em conferência de imprensa, que «não existem obstáculos ao incremento da frutuosa cooperação que tem vindo a verificar-se».

Para além do estabelecimento de projectos de acordo em diversos sectores foram estudadas as perspectivas de um incremento das trocas comerciais. Inácio Semedo recordou, a propósito, que a Guiné-Bissau importa de Portugal cerca de 60 por cento das mercadorias e bens de consumo provenientes do exterior e tem, por isso, «todo o interesse na assinatura de acordos preferenciais entre os dois países».

Referindo-se à cooperação militar entre Lisboa e Bissau, Inácio Semedo afirmou que ela não colide «nem com os compromissos de Portugal na NATO nem com a opção política da Guiné-Bissau como país não-alinhado». Essa cooperação desenvolve-se, sobretudo, ao nível da formação de quadros entre a Força Aérea e a Armada portuguesas e o comissário guineense dos Transportes.

«GESTO DE AMIZADE»

O chefe da delegação da Guiné-Bissau salientou, por outro lado, a importância do acordo de cooperação científica e técnica e do acordo no domínio das pescas, assinados no ano passado e já em execução.



Inácio Semedo mostrou-se particularmente optimista quanto aos resultados deste último acordo, sublinhando que Portugal «é um país que tem uma longa tradição neste sector, e nós achamos que além de estarmos ligados pelo laço histórico que é a língua, os marinheiros guineenses poderão facilmente aprender a arte da pesca com os seus colegas portugueses». Recorde-se que, ainda neste âmbito, se encontram na capital portuguesa alguns bolseiros guineenses, seguindo estudos de formação profissional.

Nas suas declarações à imprensa, Inácio Semedo adiantou ser possível que em breve se concretize a constituição de uma sociedade mista luso-guineense no sector das pescas, e destacou «o gesto de amizade» dos armadores portugueses que operam nas águas territoriais da Guiné-Bissau, traduzido na oferta da primeira captura de oitenta toneladas de peixe àquele país. «O nosso Governo ficou bastante sensibilizado com esse gesto de amizade e simpatia do povo português para com o povo guineense», afirmou.

MENSAGEM AO POVO PORTUGUÊS

Na véspera da sua partida para Portugal, o Presidente Luís Cabral dirigiu, através dos microfones da emissora da Guiné-Bissau, uma mensagem ao povo português, da qual transcrevemos as seguintes passagens:

«Neste momento, que consideramos histórico nas novas relações criadas entre os nossos dois povos, não podemos deixar de render uma homenagem particular à memória de todas as vítimas do fascismo que, como nossos companheiros de luta que foram contra o colonial-fascismo português, conquistaram um lugar particular no coração de todos os combatentes da liberdade da nossa terra.

A nossa presença em Portugal, respondendo ao amável convite do senhor general Ramalho Eanes, mostra o desejo sincero dos nossos dois Governos em tratar tudo o que possa haver de útil nas relações humanas que se criaram no passado dos nossos povos, de maneira que a cooperação frutuosa que se vem processando se possa consolidar e desenvolver em bases seguras ao serviço da amizade entre o nosso povo com o povo português amigo».

A comitiva que acompanhou o Presidente da Guiné-Bissau nesta visita oficial incluía seis membros do Governo daquele país: os comissários de Estado dos Negócios Estrangeiros, Vítor Saúde Maria; da Informação, Manuel dos Santos; da Justiça, Fidelis Cabral Almada; da Saúde, João Costa; do Comércio e Artesanato, Armando Ramos; e da Educação Nacional, Mário Cabral.

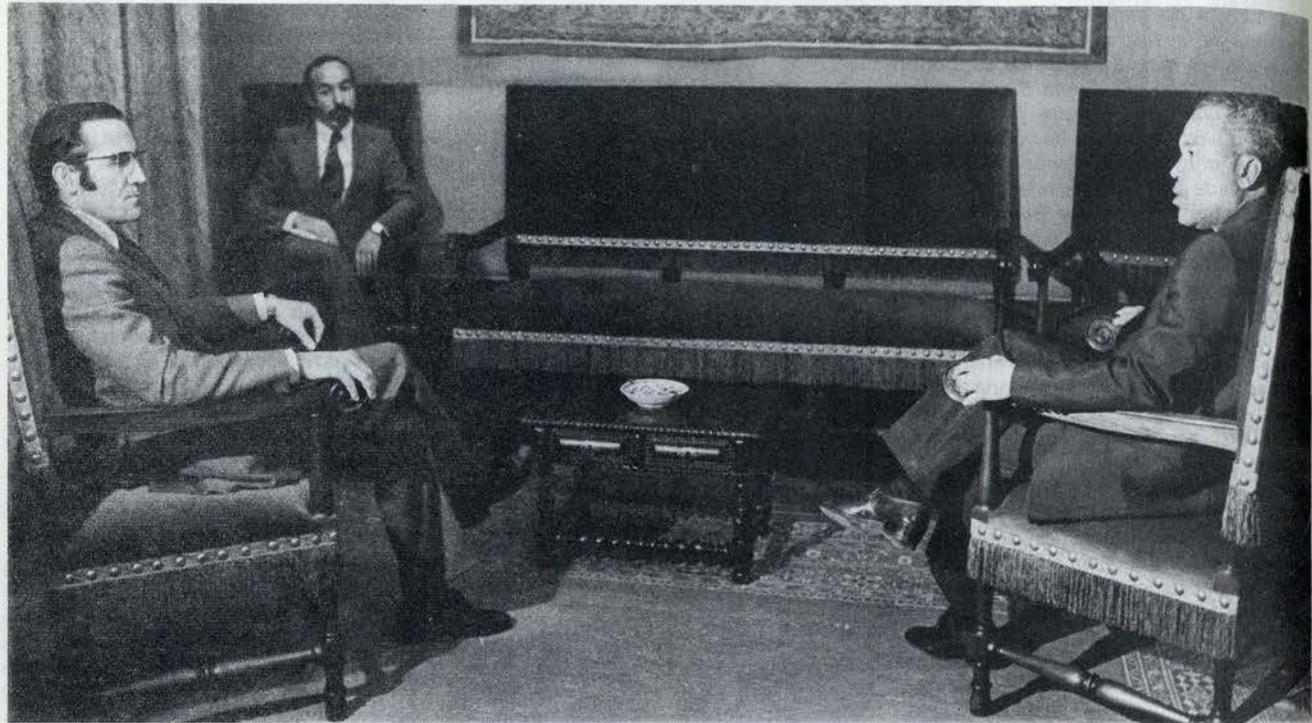
«REENCONTRO DE DOIS POVOS»

No aeroporto da Portela, Luís Cabral foi recebido pelo general Ramalho Eanes, pelo presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, e pelo ministro de Estado, Henrique de Barros, que representava o Primeiro-ministro, Mário Soares.

O primeiro encontro oficial entre os dois Chefes de Estado decorreu, mais tarde, no Palácio da Ajuda, onde Luís Cabral se deslocou para apresentar cumprimentos ao Presidente português.

Ao discursar nesta cerimónia, o general Ramalho Eanes considerou que a visita a Portugal do Chefe de Estado guineense se revestia «de um significado histórico indiscutível», dado que representava «o reencontro de dois povos, em condições de inteira igualdade e plena soberania».

«Quero, fundamentalmente, em nome do povo português — prosseguiu Ramalho Eanes —, dirigir a vossa excelência, como Chefe de Estado e ainda como herdeiro espiritual e histórico de Amílcar



- 1 *Luís Cabral ao ser recebido por Ramalho Eanes no Palácio de Belém*
- 2 *Luís Cabral, acompanhado por Ramalho Eanes, passa revista à guarda de honra, após ter desembarcado no aeroporto da Portela*
- 3 *O Presidente da Guiné-Bissau em declarações à imprensa*
- 4 *Mário Soares e Luís Cabral durante a cerimônia de assinatura dos novos acordos de cooperação luso-guineense*
- 5 *O Chefe de Estado guineense ao ser recebido na Assembleia da República por Vasco da Gama Fernandes*
- 6 *Os Chefes de Estado da Guiné-Bissau e de Portugal trocam um brinde durante o banquete que decorreu no Palácio da Ajuda*

Cabral, as nossas melhores saudações e os desejos sinceros de que esta amizade renascida em plena igualdade possa crescer, num quadro de respeito mútuo, em que não haja ingerências de um Estado noutro Estado, haja respeito pleno pela soberania e haja uma preocupação pragmática de considerarmos os nossos interesses comuns e conseguirmos para eles a melhor conjugação».



Por sua vez, o Presidente Luís Cabral, depois de agradecer as palavras do general Eanes, afirmou, nomeadamente: «É interessante notar que a nossa geração tem vivido e continua a viver transformações profundas nas relações entre os povos. Penso que, sendo vossa excelência o primeiro Presidente constitucional do novo Portugal democrático e pelo facto de eu ter também sido o Primeiro Presidente eleito da República da Guiné-Bissau, se nos oferece uma oportunidade única de sermos os obreiros dessas transformações nas relações entre os nossos povos, transformações qualitativas que, estou absolutamente seguro, servirão profundamente os interesses dos nossos povos, os interesses da paz, da compreensão, da amizade e da cooperação entre todos os povos».

VISITA À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E AO LABORATÓRIO DE ENGENHARIA CIVIL

Luís Cabral seguiu depois para o Palácio de S. Bento, onde foi recebido pelo presidente da Assembleia da República e pela maioria dos deputados. Vasco da Gama Fernandes afirmou, na ocasião, que esta visita representava «um momento transcendente para o Parlamento» e prestou homenagem a Amílcar Cabral, fundador do PAIGC, tendo ainda recordado que o povo português sempre se opôs à guerra colonial.

Em resposta, Luís Cabral sublinhou que «como povos livres na igualdade

de direitos e aspirações, abrimos uma página nova na nossa história, onde não podem haver preconceitos, mas serão registadas as relações que se criaram e vão para além de todas as divergências políticas que terão existido».

O Presidente da Guiné-Bissau assistiu, durante alguns minutos, à sessão parlamentar, tendo escutado a leitura do voto de congratulação pela sua visita, o qual fora aprovado por unanimidade no início da sessão.

No segundo dia da sua estada em Lisboa, Luís Cabral visitou o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, onde apreciou várias obras e estudos já executados ou em curso. O director do LNEC, Ferry Borges, explicou ao ilustre visitante a organização e actividades do Laboratório, tendo destacado a aptidão e especial qualificação deste organismo para o sector de obras públicas. À terminar, Ferry Borges formulou votos de que proximamente se venha a efectivar e desenvolver uma estreita cooperação entre os dois países no sector da engenharia civil.

PROJECTO DE COLABORAÇÃO NO SECTOR DA AGRONOMIA

Acompanhado pela sua comitiva, o Chefe de Estado guineense deslocou-se, a seguir, ao Instituto Superior de Agronomia.

O presidente do conselho directivo do ISE, prof. Castro Rego, salientou, na ocasião, o significado desta visita

de Luís Cabral ao nosso País, efectuada na sua dupla qualidade de «Presidente da República de um novo país de expressão portuguesa e de digno continuador e herdeiro de Amílcar Cabral, antigo aluno desta escola e técnico distinto, que muitos de nós conhecemos e estimamos e cuja morte prematura muito lamentamos».

O prof. Castro Rego recordou que Amílcar Cabral, «após a sua formatura, no meio de incompreensão e dificuldades», encontrara naquele Instituto «a amizade, a compreensão e o reconhecimento dos seus elevados méritos».

O presidente do conselho directivo manifestou depois, em nome do ISA, o desejo de «continuar a colaborar com a República da Guiné-Bissau, na procura de soluções que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das nossas populações», colaboração que poderá vir a ser intensificada no que respeita ao «ensino e investigação nos sectores agrícola e florestal». Castro Rego referiu, a propósito, que o Instituto «tem continuado a dedicar a sua atenção, dentro das possibilidades de que dispõe, aos problemas da agricultura e siveicultura tropicais e da tecnologia dos seus produtos».

HOMENAGEM A AMÍLCAR CABRAL

Interviu a seguir o prof. Baeta Neves que salientou «a honra de, durante quatro anos, ter contado com a colaboração do engenheiro-agrónomo Amílcar Lopes

5



6

Cabral, tendo ficado para sempre a mais grata recordação desse período». O orador recordou a época em que aquele dirigente do PAIGC desenvolveu trabalhos de investigação científica em vários departamentos do ISE, afirmando a dado passo: «Raros são aqueles que possuem tais atributos e a quem a agronomia ficasse a dever tanto».

Encerrou a sessão o comissário de Estado da Educação da Guiné-Bissau que agradeceu as palavras de amizade proferidas em homenagem ao fundador do PAIGC. A delegação guineense visitou depois os sectores em que Amílcar Cabral desenvolveu o seu trabalho.

«DESENVOLVER OS LAÇOS DE INTERESSES COMUNS»

Durante o banquete que ofereceu em honra do Chefe de Estado da Guiné-Bissau, o Presidente Ramalho Eanes afirmou que a visita de Luís Cabral ao nosso País culminou um esforço de aproximação, constituindo ainda «um testemunho evidente da seriedade e isenção» que norteiam a política de Portugal no que respeita à «cooperação com os novos países de expressão portuguesa».

Depois de acentuar «o alto grau de entendimento entre os dois Estados» e de prestar homenagem a Amílcar Cabral, o Presidente Eanes recordou que «quando se pode pensar na mesma língua, supera-se uma das maiores barreiras ao entendimento entre os homens».

Referindo-se à cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau, Ramalho Eanes defendeu-a como «forma privilegiada de manter e desenvolver os laços de interesses comuns» e acrescentou:

«É nosso desejo, e nisso nos empenhamos, desenvolver idênticos processos de colaboração com os outros países de expressão portuguesa — sendo desnecessário mencionar especialmente Cabo Verde, ainda neste caso ligado à Guiné-Bissau por evidentes laços de unidade».

O Presidente sublinhou ainda a necessidade da «criação de estruturas que ligassem todos os Estados de expressão portuguesa na protecção e defesa contra os actuais inimigos comuns — o subdesenvolvimento e a exploração dos países pobres pelos países ricos».

O general Ramalho Eanes aproveitou a ocasião para anunciar a próxima criação de «órgãos e instrumentos jurídicos que salvaguardem a dignidade das rela-

ções entre os países de expressão portuguesa, os interesses desses novos Estados e os interesses de Portugal».

Em resposta ao discurso do Presidente português, Luís Cabral agradeceu as «demonstrações de simpatia e fraternidade» com que foi acolhido no nosso País e afirmou, nomeadamente:

«Ao longo das confrontações suscitadas pela História num passado ainda recente, a Guiné-Bissau situou as suas relações com Portugal na sua verdadeira perspectiva — a dos interesses reais dos nossos povos. Foi nessa base que assentámos a nossa luta armada de libertação nacional — o que se revelou como uma contribuição solidária para o derrube do regime retrógado que usurpara a liberdade do próprio povo português durante a noite fascista de meio século».

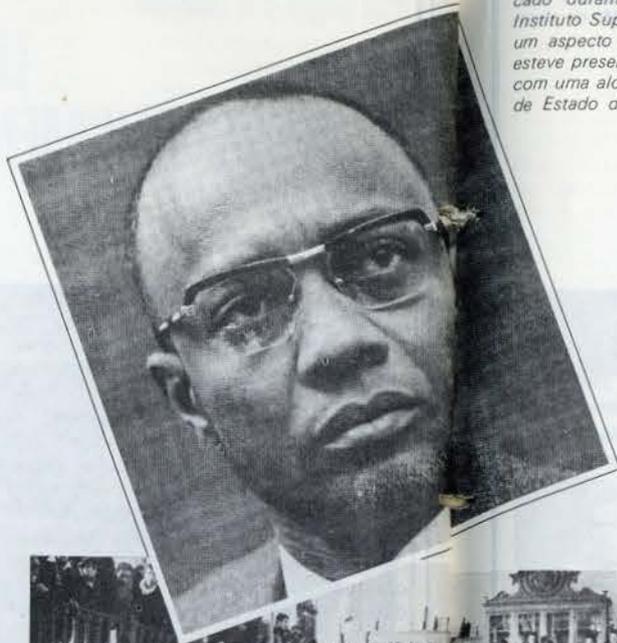
Reconhecendo embora que «o processo de cooperação iria reflectir, na sua primeira fase, as incidências do passado», Luís Cabral lembrou que, logo em Julho de 1975, a visita de Aristides Pereira a Portugal culminaria «com a assinatura de um acordo geral de cooperação e amizade» a que se seguiriam vários acordos específicos nos mais diversos domínios.

O Presidente Luís Cabral acentuou também que «a nova situação de liberdade vivida em Portugal e na Guiné-Bissau possibilita ainda um intenso intercâmbio no campo da cultura, das artes e da ciência, através do conhecimento mútuo da especialidade dos valores de civilização e do enriquecimento que daí resulta, o espírito criador dos nossos povos».

Mais adiante, Luís Cabral elogiou a acção do Chefe de Estado português, mencionando o importante papel desempenhado pelo general Ramalho Eanes «no combate que Portugal vem travando pela consolidação da democracia, considerando-o indissociável do esforço para manter com os nossos países emergentes da luta de libertação laços de amizade e cooperação, e relações de um novo tipo, baseadas na igualdade, no respeito mútuo e no interesse recíproco dos povos».

CONVERSACÕES COM MÁRIO SOARES

No dia seguinte, o Presidente guineense teve uma reunião com o Primeiro-ministro português, Mário Soares,



Amílcar Cabral, fundador do PAIGC, foi evocado durante uma sessão que decorreu no Instituto Superior de Agronomia. Nas imagens, um aspecto da assistência à cerimónia, a que esteve presente Luís Cabral e que foi encerrada com uma alocução de Mário Cabral, comissário de Estado da Educação da Guiné-Bissau



no Palácio de Queluz. As conversações entre os dois estadistas incidiram sobre aspectos gerais da cooperação luso-guineense e, designadamente, sobre a matéria dos acordos a cuja assinatura Luís Cabral assistiu, mais tarde, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Chefe de Estado da Guiné-Bissau visitou a escola de pesca de Pedrouços — onde presenciou uma aula do curso frequentado por quinze jovens bolseiros guineenses que, no âmbito da cooperação entre os dois países, estudam presentemente naquela escola —, a Estação Agronómica Nacional, em Oeiras, e o Instituto de Medicina Tropical, tendo ainda presidido à inauguração de uma exposição sobre arte guineense, na Fundação Gulbenkian.

NOVOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Durante a estada de Luís Cabral em Lisboa, foram assinados quatro acordos de cooperação, em cerimónia que decorreu no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Um dos acordos refere-se ao campo cultural e «tem por objectivo incentivar o intercâmbio cultural, artístico, científico e desportivo entre ambos os povos», sendo de salientar, entre outros pontos, o propósito de difundir a língua portuguesa e manter a sua unidade ortográfica.

De salientar, igualmente, o compromisso de «se tomarem as medidas necessárias para assegurar a conservação de monumentos e espécies históricas e artísticas, relativas à outra parte, existentes nos respectivos territórios». Por outro lado, e enquanto não existir um acordo específico para o sector da informação, o convénio agora assinado menciona como «preocupação de ambas as partes, o desenvolvimento da cooperação nos domínios do jornalismo, da radiodifusão e da televisão».

Um segundo acordo é «relativo à cooperação e assistência técnica no domínio da aviação civil», visando, nomeadamente, «a colaboração na manutenção e funcionamento dos serviços da aviação civil e a formação, treino e reciclagem do pessoal guineense», bem como «a assessoria técnica em tudo o que respeitar a reuniões internacionais da aviação civil e à elaboração de pareceres nos estudos relativos à criação, estruturação e desenvolvimento de organismos da aviação civil na Guiné-Bissau».

O acordo no domínio da saúde refere que Portugal, «na medida das suas possibilidades», se compromete «a assegurar o tratamento (e o eventual internamento) em estabelecimentos hospitalares oficiais, em Portugal, de nacionais guineenses». Por outro lado, o nosso País compromete-se a cooperar também na formação de «técnicos médicos e técnicos auxiliares de medicina, quer no domínio da medicina hospitalar, quer no domínio da saúde pública», prevendo-se ainda a colaboração de Portugal «nos programas guineenses de saúde pública, sobretudo nos respeitantes à epidemiologia e profilaxia das doenças transmissíveis».

No que se refere ao ensino e formação profissional — objecto do quarto acordo —, prevê-se «expressamente o acesso de nacionais do Estado da Guiné-Bissau aos estabelecimentos portugueses de ensino e de formação profissional, bem como a estágios profissionais em organismos públicos e privados».

Estes acordos foram assinados pelo Primeiro-ministro português e os detentores das pastas respectivas, por parte da Guiné-Bissau.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Durante a conferência de imprensa que se seguiu, Mário Soares usou da palavra para analisar as relações luso-guineenses, afirmando a dado passo:

«Para o Governo português foi um momento verdadeiramente histórico a viagem do Presidente da Guiné-Bissau, pelo que por si representa e pela maneira elevada e fraterna como decorreu».

Falou depois Luís Cabral que manifestou a sua alegria pelo facto desta «primeira visita de um Chefe de Estado africano de expressão portuguesa» ter sido coroada com a assinatura dos citados acordos.

O Presidente guineense, respondendo a perguntas dos jornalistas, referiu-se aos programas agrícola e escolar actualmente em curso no seu país e confirmou que convidara o Chefe de Estado português e uma delegação de deputados da Assembleia da República para uma visita oficial à Guiné-Bissau.

COMUNICADO CONJUNTO

No comunicado conjunto, distribuído no final da visita do Presidente da



Guiné-Bissau ao nosso País, são de salientar os seguintes extractos:

«Os dois Chefes de Estado reiteraram a sua firme adesão aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas da não ingerência nos assuntos internos dos outros países, da igualdade soberana dos Estados e do direito dos povos à autodeterminação.

(...) O Presidente Luís Cabral manifestou o alto apreço do seu país pelo valor da cooperação portuguesa, cujos resultados positivos sublinhou, e exprimiu o desejo de que ela possa vir a ser aumentada de acordo com as disponibilidades e interesses comuns. Ao registarem com satisfação o trabalho já efectuado em diversos sectores, nomeadamente, no domínio das pescas, ensino, transportes e comunicações, saúde e Forças Armadas, os dois Chefes de Estado reconheceram a vantagem de estender a cooperação a outros sectores de actividade, cooperação essa que deverá continuar a ter como base o respeito mútuo, igualdade de direito e reciprocidade de vantagens».

A terminar este comunicado conjunto, afirma-se que, «dentro do mesmo espí-

rito de compreensão», foram abordadas «várias questões do domínio económico e financeiro», tendo ainda sido estudados «meios de incrementar as relações comerciais entre os dois países».

«UMA ETAPA NOVA»

Em mensagem divulgada após o seu regresso a Bissau, o Presidente Luís Cabral manifestou ao general Ramalho Eanes «o seu profundo reconhecimento pelo acolhimento fraterno e caloroso» que lhe foi dispensado por ocasião da sua estada no nosso País.

Nessa mensagem, Luís Cabral considera que o encontro que teve com o Chefe de Estado português «marca uma etapa nova na dinâmica do desenvolvimento harmonioso das relações de amizade e cooperação entre os nossos povos e governos», pelo que reafirma a sua «vontade de agir no sentido da aplicação correcta dos acordos existentes entre a Guiné-Bissau e Portugal, no interesse comum dos nossos povos».

INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÃO ENTRE PORTUGAL E A GUINÉ-BISSAU

As possibilidades de cooperação entre a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP) e os meios de comunicação social da Guiné-Bissau foram analisadas durante um encontro em que participou o comissário de Estado da Informação daquele país africano, Manuel dos Santos, e membros do conselho de gerência da ANOP.

Manuel dos Santos deslocou-se à capital portuguesa integrado na delegação governamental que acompanhou o presidente Luís Cabral na sua visita oficial ao nosso País.

Prevê-se que em breve seja estabelecido um acordo de cooperação entre a ANOP e a ANGB (Agência Noticiosa da Guiné-Bissau) para intercâmbio de serviços entre as duas agências.

A ANOP vai abrir em Bissau, dentro de algumas semanas, a sua primeira delegação no estrangeiro, em cuja área de actividade ficarão colocados os países limítrofes e a República de Cabo Verde.

SPORTING CONVIDADO A JOGAR NA CHINA



A actual equipa do Sporting



Imagem de um desafio de futebol na China Popular

A equipa de futebol do Sporting Clube de Portugal foi oficialmente convidada para efectuar uma digressão de três semanas na República Popular da China. A digressão está, em princípio, marcada para Junho ou Julho próximos.

Este convite, verdadeiramente invulgar na história do futebol português — e mesmo mundial, dado que, até à data, só a equipa norte-americana do Cosmos, de Nova Iorque, se deslocou àquele país —, vem culminar uma longa série de diligências levadas a cabo, nesse sentido, por dirigentes do clube português, da Associação Democrática de Amizade Portugal-China (ADAPC) e entidades chinesas.

A digressão da equipa «leonina» constituirá, por outro lado, o primeiro passo para a concretização de um importante objectivo: o início de relações desportivas entre os dois países, estreitando laços de amizade e intercâmbio entre os povos de Portugal e da China.

Encara-se como provável a hipótese de a equipa do Sporting, após a sua digressão pela República Popular da China, vir a disputar também jogos em Macau, Hong-Kong e outros locais do Extremo-Oriente.

No decurso de uma conferência de imprensa, realizada na ADAPC, e na qual participaram, além de elementos do secretariado daquela Associação, o presidente e o vice-presidente da direcção do Sporting, respectivamente, João Rocha e Nunes dos Santos, foram abordados alguns aspectos relacionados com o citado convite dirigido àquele clube português pela Associação de Futebol da República Popular da China.

Segundo afirmou Carlos Ricardo, da ADAPC, esta viagem da equipa «verde e branca» irá abrir óptimas perspectivas para a criação de um intercâmbio desportivo luso-chinês, podendo-se admitir que equipas de outros clubes — tanto de futebol como de outras modalidades desportivas — possam, em breve, deslocar-se à República Popular da China.

O presidente do Sporting, João Rocha, salientou, nesta conferência de imprensa, que a equipa «leonina» terá o maior interesse em conhecer os processos de treino dos chineses «e em facultar-lhes aqueles que se praticam entre nós», pois, acrescentou, «o intercâmbio de conhecimentos resultará extremamente proveitoso».

COLABORAÇÃO DA UNICEF NA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA



Henry Francis Carter,
director da UNICEF

«Se as organizações portuguesas se empenharem numa grande acção para tentar resolver os problemas da infância no vosso País, sobretudo no que concerne à primeira infância, a UNICEF poderá dar uma contribuição útil a esse programa», declarou o director da UNICEF (organismo das Nações Unidas para assistência às crianças), Henry Francis Carter, em entrevista concedida ao matutino «Diário de Notícias». O director da UNICEF deslocou-se a Lisboa para debater com as autoridades portuguesas a participação do nosso País no Ano Internacional da Criança, a celebrar em 1979.

Na citada entrevista, Henry Francis Carter salientou que, apesar da acção da UNICEF se centrar no auxílio aos países do Terceiro Mundo, será possível encontrar «vias específicas de cooperação» com Portugal, uma vez que mesmo nos países desenvolvidos existem «problemas que é preciso resolver com a colaboração internacional».

O auxílio à primeira infância constitui o principal objectivo da UNICEF, já que, segundo o seu director, «é a idade mais crítica, aquela em que se decidem muitas



coisas irreversíveis e em que o ser humano é mais vulnerável».

«ESTABELECEM CONTACTOS»

Esta deslocação de Henry Carter a Portugal não se destinava, como ele próprio acentuou, a «assinar acordos ou tomar decisões definitivas», mas sim a «estabelecer contactos e criar bases para uma verdadeira colaboração». Nesse sentido, o director da UNICEF, depois de ter apresentado cumprimentos ao ministro dos Assuntos Sociais, avistou-se com representantes daquele Ministério, tendo depois mantido contactos com entidades ligadas aos Ministérios da Educação e Investigação Científica, dos Negócios Estrangeiros e da Justiça, e à Comissão da Condição Feminina.

Recorde-se que, em Dezembro do ano passado, foi criada a «Comissão Nacional para o Estudo e Coordenação das Iniciativas Relativas ao Programa da ONU sobre o Ano Internacional da Criança», constituída por elementos dos referidos departamentos oficiais.

Os contactos que Henry Carter manteve em Lisboa possibilitaram-lhe avaliar a disponibilidade dos organismos portugueses para participarem nas comemora-

ções do Ano Internacional da Criança, em 1979, no qual a UNICEF pretende que Portugal «colabore muito activamente».

COOPERAÇÃO MAIS ACTIVA

O director da UNICEF considerou que o sentido das iniciativas a tomar em 1979 é o de «uma verdadeira transformação na condição da criança», e afirmou, por outro lado, ter constatado um grande interesse junto dos departamentos oficiais do nosso País, para que a UNICEF se associe às iniciativas que naquele âmbito irão ser desenvolvidas para a resolução dos problemas da infância portuguesa.

Para Henry Carter, esta visita a Lisboa foi particularmente frutífera, pois permitiu o «relançamento» das relações do nosso País com a UNICEF, possibilitando ainda o estabelecimento de uma cooperação em «bases mais activas», já que, segundo declarou, apesar de Portugal estar integrado naquele organismo internacional há quatro anos, «a sua associação sempre foi um pouco passiva».

A ACTIVIDADE DA UNICEF

Valerá a pena recordar aqui que o prosseguimento da meritória acção desenvolvida pela UNICEF depende financeiramente das contribuições dos países membros daquele organismo — que perfazem cerca de 75 por cento do seu orçamento — e de dádivas de particulares, obtidas pela venda de «cartões UNICEF» e por recolhas periódicas de fundos.

Actualmente os serviços da UNICEF prestam assistência a 863 milhões de crianças, espalhadas por 100 países em vias de desenvolvimento.

O organismo é apoiado por Comitês existentes em 30 países, entre os quais Portugal. Estes Comitês nacionais desempenham um papel particularmente importante na sensibilização da opinião pública local face aos problemas da infância e às medidas adoptadas pela UNICEF para os resolver.

Existem também 100 organizações não-governamentais que em todo o mundo mantêm uma colaboração directa com a UNICEF: entre estas organizações contam-se a Cruz Vermelha, o Crescente Vermelho, grupos religiosos e organizações profissionais (de enfermeiros, médicos, professores, assistentes sociais, etc.).

Portugal - Austrália

A crescente comunidade portuguesa na Austrália deu novo significado às relações entre os dois países — afirmou à Anop o embaixador australiano em Lisboa, L. G. Sellars, em declarações feitas a propósito das comemorações do Dia Nacional daquele país.

L. G. Sellars recordou, a propósito do incremento das relações entre os dois países, que «actualmente residem cerca de 15 mil portugueses na Austrália, os quais têm dado um contributo válido para a diversificação de estilos de vida que, hoje em dia, podem ser detectados nas cidades australianas».

O embaixador referiu, por outro lado, que tanto Portugal como a Austrália «partilham valores próprios das sociedades democráticas, nomeadamente o desejo de promover a justiça social e de acentuar as liberdades individuais».

L. G. Sellars acrescentou que o seu país tem seguido com grande interesse o desenvolvimento da democracia e dos direitos humanos em Portugal, e considerou que o nosso País tem um papel válido a desempenhar no reforço da Europa Ocidental, não só através da sua participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), como também pela sua qualidade de futuro membro da Comunidade Económica Europeia (CEE).

No Dia Nacional da Austrália comemorou-se, este ano, a passagem do 190.º aniversário do estabelecimento do primeiro colonato europeu no território, em Port Jackson. A Austrália tem hoje uma população calculada em 14 milhões de habitantes, com uma considerável percentagem de imigrantes de diversas nacionalidades.

O CIME estuda problemas da emigração portuguesa

O Director-Geral da Emigração, dr. Cassola Ribeiro, esteve presente em Genebra a uma reunião do Comité Inter-governamental das Migrações Europeias (C. I. M. E.), onde discutiu os problemas relacionados com a política de emigração portuguesa, e as suas

implicações relativamente ao acordo que Portugal assinou com aquele organismo, em 1976.

Após a reunião com John Thomas, director-geral do C. I. M. E., Cassola Ribeiro revelou que tinham sido analisadas as possibilidades de emigração, no futuro, de trabalhadores portugueses para a América Latina. «Agora será necessário estudá-las sendo, depois, apresentadas para resolução. Então, conforme o que for determinado passaremos à fase de concretização e, só nessa altura, será possível adiantarem-se números e outros aspectos que possam interessar aos trabalhadores portugueses que queiram emigrar.»

O director-geral da Emigração asseverou, porém, que «tudo se fará no quadro actual

dos serviços portugueses de emprego, o qual, depois de devidamente caracterizadas as possibilidades de emigrar, as tornará públicas».

Como o C. I. M. E. faz reuniões periódicas com os seus representantes em diversos países, Cassola Ribeiro afirmou que «é natural que tenha aproveitado esta ocasião para vir a Genebra, não só para trocar impressões como estudar perspectivas e fazer o ponto da situação no quadro do acordo o que possibilitará, mais tarde, tomar as medidas adequadas».

Participaram nas conversações, pelo lado português, além do Director-Geral da Emigração, o embaixador Adriano de Carvalho e o conselheiro da Missão portuguesa para os Assuntos Sociais, Carlos Castro Almeida.

Exposição de cerâmicas e vidros portugueses em Caracas

Patrocinada pelo Instituto de Fomento à Exportação, em colaboração com os Serviços Comerciais da Embaixada de Portugal em Caracas, teve lugar nesta cidade uma exposição de peças tradicionais e modernas das indústrias portuguesas do vidro e cerâmica. Na referida exposição estiveram representadas nove empresas nacionais, criteriosamente seleccionadas, oferecendo aos visitantes uma amostra de extensa variedade, desde finas porcelanas e cristais, às louças e vidros mais correntes.



Uma imagem de Sydney (Austrália)



Símbolo do CIME

VISITA DO "MAYOR" DE JOANESBURGO

De passagem para a Madeira, onde se deslocou a convite do respectivo Governo Regional, esteve em Lisboa, durante alguns dias, o «mayor» de Joanesburgo, Martin Powell.

Na capital portuguesa, Martin Powell teve um encontro com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, dr. João Lima com quem trocou impressões sobre a situação dos portugueses residentes na África do Sul, e apresentou cumprimentos ao chefe da Casa Civil do Presidente da República, dr. Henrique Granadeiro, a quem fez entrega de um livro raro sobre a história de Joanesburgo.

Em entrevista concedida ao «Diário de Notícias», o «mayor» de Joanesburgo mencionou o alto apreço em que é tida a comunidade portuguesa estabelecida na África do Sul, como resultado «da capacidade de trabalho e iniciativa demonstrada, bem como pela contribuição para o enriquecimento cultural do país».

Martin Powell referiu-se, a seguir, às razões da sua deslocação a Portugal e, em particular, à Madeira — região de onde são originários muitos dos portugueses residentes na África do Sul —, tendo afirmado que esta visita se relaciona com a sua actividade como presidente do município de Joanesburgo. Foi nessas funções — disse — que elaborou um programa tendente a fortalecer as relações entre o município que dirige e as várias comunidades estrangeiras que mais têm contribuído para o desenvolvimento daquela cidade e do país.

«Como resultado do incremento de relações com a comunidade portuguesa — provavelmente a segunda mais numerosa de Joanesburgo e da África do Sul, depois da comunidade britânica — surgiu o convite do presidente do Governo Regional da Madeira para a minha visita àquela ilha», declarou Martin Powell.

O «mayor» de Joanesburgo estimou a comunidade portuguesa residente em Joanesburgo na ordem das 300 mil pessoas e, em toda a República da África do Sul, entre 450 mil a 600 mil pessoas. «Muitos desses emigrantes», sublinhou Martin Powell, «estabelecidos por vezes há mais de três gerações e já



com cidadania sul-africana, continuam a considerar-se parte da nação portuguesa, cultivando todos os laços culturais que mantêm com o seu país de origem, nomeadamente a língua portuguesa que faz parte dos programas do nosso ensino».

Martin Powell acentuou ainda que a comunidade portuguesa na África do Sul se encontrava «perfeitamente integrada», exercendo actividades em todos os sectores da vida económica, em particular

na construção civil, agricultura, engenharia, medicina e finanças.

Recorde-se que os primeiros portugueses a fixar-se na África do Sul eram originários, principalmente, da Madeira e do Norte de Portugal. Os emigrantes provenientes da Madeira dedicaram-se essencialmente à agricultura (vegetais) e ao comércio (lojas de venda de vegetais e fruta). Os emigrantes originários do Norte de Portugal dedicaram-se, fundamentalmente à construção civil.

"RAINHA DA OLIMPIADA DOS IMIGRANTES" DO BRASIL

Esteve em Lisboa a «Rainha da II Olimpíada dos Imigrantes», concurso realizado em Agosto do ano passado, em São Paulo (Brasil), no qual participaram todas as comunidades de imigrantes residentes naquele Estado. A eleita foi Hae Sumng Park, em representação da Coreia do Sul, e o seu prémio uma visita ao nosso País, patrocinada pelo semanário «Voz de Portugal», que se publica no Rio de Janeiro. A «Rainha» é estudante, tem 16 anos, nasceu em Seul, na Coreia do Sul, e vive apenas há seis anos no Brasil. Do programa da sua estadia fizeram parte deslocações a Sintra, Batalha e Fátima, entre outros pontos do País. Hae Park era acompanhada pela sua professora de danças orientais, Yun Sil Lee, do encarregado das relações públicas do jornal «Voz de Portugal», Alfredo do Nascimento e Teófilo dos Santos, da Direcção-Geral do Turismo.



Hae Sumng Park, «Rainha da II Olimpíada dos Imigrantes»

BRASIL

★ A cidade de São Paulo vai festejar em Agosto do corrente ano a data da sua fundação — 31 de Agosto de 1553 — pelo padre jesuíta português Manuel da Nóbrega. Efectivamente, os historiadores brasileiros consideram como verdadeira «certidão» de nascimento da cidade uma carta escrita por Manuel da Nóbrega para Portugal, onde o mesmo afirma: «Neste dia da Degoção de São João (29 de Agosto) vindo a uma aldeia onde se juntam e apartam os que se convertem e onde pus dois Irmãos para os doutrinarem, fiz, solenemente, uns cinquenta catecúmenos, dos quais tenho boa esperança que serão bons cristãos e merecerão o baptismo e será mostrado por

obras e fé que tomaram agora». A 25 de Janeiro de 1554, na pequena aldeia existente no planalto virgem, era rezada a missa «padroeira». Recordando-se, a propósito, que Manuel da Nóbrega nasceu a 18 de Outubro de 1517 em Sanfins do Douro (Portugal). Com 31 anos embarcou para o Brasil, na armada de Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil, como chefe da primeira missão da Companhia de Jesus em terras de «Santa Cruz». Na Baía funda o Real Colégio do Brasil. Elevado a «Comendador do Mosteiro de Sanfins» por D. João III, vem a renunciar mais tarde a este cargo, entusiasmado com a obra missionária que a Companhia iniciava no Brasil.

Padre Manuel da Nóbrega, segundo gravura da época



★ — O semanário «Voz de Portugal» organizou um torneio de futebol denominado «Campeonato de Futebol Amador da Indústria de Panificação», com âmbito nacional. Como se sabe, a indústria de panificação é, no Brasil um dos sectores onde trabalham mais portugueses. Para além de todos os trabalhadores directamente ligados à

indústria da panificação, podem também participar neste Campeonato equipas formadas por elementos ligados à torrefacção de café, moinhos de farinha de trigo, fornecedores de fornos, equipamentos, etc. As equipas formadas em qualquer localidade brasileira, poderão fazer as suas inscrições na sede do respectivo sindicato, na sua cidade,

ou directamente no jornal «Voz de Portugal», tanto no Rio de Janeiro (Avenida Rio Branco, 257, 18.º andar), como em S. Paulo (Rua Rego Freitas, 530, Loja G).

★ O novo cônsul-geral de Portugal em São Paulo, Luís Quartín, tomou posse do cargo recentemente. Luís Quartín foi recebido pelo Governador do Estado e respectivo prefeito municipal, a quem apresentou cumprimentos.

★ A «Casa de Viseu», colectividade luso-brasileira do Rio de Janeiro, comemorou o seu 11.º ano de existência inaugurando o «Parque Aquático Manuel Gomes», com a

participação do Ballet Aquático da conhecida agremiação Clube de Regatas Vasco da Gama.

★ O programa «Pérolas Portuguesas», transmitido semanalmente pela Rádio Universal de Santos, completou o 24.º aniversário da sua fundação. Dirigido e apresentado por Simão Calado e Isaura Baptista, o referido programa é um dos mais antigos do seu género na rádio da chamada «Baixada Paulista». O programa que era inicialmente transmitido todos os sábados e passou, entretanto, a ser difundido aos domingos, a partir das 19.20 horas (T. M. G.).

CANADÁ

Estudo sobre a comunidade portuguesa

Em reportagem divulgada em meados do ano passado, a «Associated Press» referia-se ao trabalho desenvolvido pela comunidade portuguesa residente na zona de Osoyoos, onde os luso-canadianos são proprietários de cerca de 50 por cento dos pomares existentes. Na maioria as 110 famílias portuguesas aí estabelecidas são naturais dos Açores, onde trabalhavam na agricultura.

O mais antigo emigrante português desta região, Joe Martini — que chegou ao Canadá em 1957 — contou aos repórteres daquela agência noticiosa o que foram os primeiros tempos de vida da comunidade em terras da Colúmbia Britânica: «De Outubro a Abril ficávamos sentados em casa e nada fazíamos», disse, referindo-se ao período de Inverno, durante o qual se desenvolviam as tarefas especializadas, a cargo de outros trabalhadores. «Só em 1967 é que surgiu o subsídio de desemprego para os trabalhadores rurais», acrescentou Joe Martini. A paragem durante o período de Inverno consumia o magro orçamento familiar, de modo que os homens dos Açores nunca conseguiam poupar o dinheiro suficiente para regressar ao arquipélago, como ao princípio quase todos desejavam.

Mais tarde, porém, já habituados à vida naquela região canadiana, conseguiram poupar algum dinheiro e come-

çaram a comprar alguns pomares. Passados alguns anos, recordava a «Associated Press», muitos deles são proprietários de alguns dos melhores pomares da região de Okanagan.

Podemos acrescentar, ainda neste âmbito, que uma das suas últimas edições o jornal «Sentinela» — órgão da comunidade portuguesa do oeste canadiano — noticiou a elaboração de um estudo, da autoria de John Medeiros, sobre a história dos emigrantes portugueses no Canadá.

Afirma-se nesse estudo que a chegada dos primeiros contingentes de portugueses se verificou em 1953, em três vagas sucessivas, num total de 1324 pessoas.

Segundo John Medeiros, os «pioneiros» da emigração portuguesa no Canadá trabalhavam 12 horas por dia no Inverno e 16 no Verão, atravessando — como, aliás, relatava a «Associated Press» na reportagem referida — grandes dificuldades nas épocas de desemprego sazonal. Durante a vaga de desemprego que ocorreu entre 1957 e 1961, os portugueses deslocavam-se de local para local, procurando trabalhos agrícolas.

Esperamos que o citado trabalho de John Medeiros venha a ter a divulgação adequada, visto referir-se a matéria que tem sido pouco investigada, apesar da sua importância para um conhecimento real e global da história das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, neste caso no Canadá.

ESTADOS UNIDOS

TV – Novo programa português

Um novo programa de televisão em língua portuguesa e com a duração de meia hora começou a ser transmitido todas as quartas-feiras, a partir do passado mês de Fevereiro. Este programa, designado «Contágio», é transmitido pelo canal 13 de Somerville, e tem, como temas fundamentais, os acontecimentos e problemas locais e regionais que, directa ou indirectamente, possam afectar o dia a dia da comunidade portuguesa residente naquela região norte-americana.

Livros portugueses para a Biblioteca de Tauton

A Biblioteca Pública de Taunton (Massachusetts) recebeu 73 livros portugueses que lhe foram oferecidos pela Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa, revelou o jornal «Tauton Daily Gazette». A oferta foi efectuada em nome do «Fundo António Esteves Lopes» daquela Biblioteca norte-americana, o qual se destina a homenagear um imigrante português «cujo maior amor era ler qualquer coisa que se relacionasse com o mundo de língua portuguesa», segundo afirmou Américo Esteves Lopes, um dos filhos do homenageado, em entrevista concedida ao «Jornal de Fall River» a propósito da citada doação.

António Esteves Lopes nasceu em 1888, na freguesia de Carrapichana, tendo emigrado para os Estados Unidos em 1912, quando tinha 24 anos. Em 1915, viria a casar com Irene Nunes Lopes, também imigrante, natural de Vila Franca da Serra.

Após a morte de António Esteves Lopes, em 1961, os seus filhos, Américo e Fernando, decidiram aplicar os bens que herdaram na criação de um Fundo destinado à compra periódica de livros, em português ou inglês, sobre temas relacionados com a cultura portuguesa.



António Esteves Lopes, Irene Nunes Lopes e o primeiro filho do casal, Américo (foto do «Jornal de Fall River»)

«Eu estudei no Liceu de Taunton» — afirmou Américo Lopes na citada entrevista — «e foi sempre com tristeza que vi a cultura portuguesa ser desprezada na biblioteca, onde não havia absolutamente nada que falasse do nosso passado cultural».

Agora, através do «Fundo António Esteves Lopes», existem já colecções de livros portugueses na Biblioteca Pública de Taunton e na biblioteca do liceu desta cidade.

«É extremamente agradável ver que a lacuna está a ser preenchida», disse Américo

Lopes ao «Jornal de Fall River», acrescentando: «Hoje já os alunos têm acesso a várias obras sobre a cultura portuguesa. E é interessante notar, dizem-me os responsáveis daquelas bibliotecas, que é grande o interesse pela colecção de livros portugueses».

Exposição de literatura portuguesa

Duzentos livros portugueses sobre história e literatura clássica e infantil, estiveram expostos na biblioteca da Universidade de Connecticut, à qual foram posteriormente oferecidos pelo Instituto de Cultura Portuguesa. A exposição foi iniciativa do leitorado de portugueses daquela Universidade e teve por objectivo estimular a divulgação da cultura portuguesa nos Estados Unidos; esta mostra inclui também cerca de cinquenta discos de música contemporânea e a apresentação de vários do-

cumentários cinematográficos sobre Portugal. Entre outras, figuraram nesta exposição obras de Alexandre Herculano, Aquilino Ribeiro, Urbano Tavares Rodrigues, Augusto Abelaira, Natália Correia e David Mourão-Ferreira. Recorde-se que a biblioteca da Universidade de Connecticut é considerada uma das mais bem apetrechadas do Estado da Nova Inglaterra no domínio da cultura Luso-Brasileira.

Alexandre Herculano



Biblioteca de Somerville



A Biblioteca Municipal de Somerville (Massachusetts) está a organizar uma secção de publicações portuguesas (livros e revistas), iniciativa que se integra num projecto de criação de secções em línguas estrangeiras (Non-English Language Project), coordenado por Flávia Soares-Moura. Recorde-se que na cidade de Somerville reside uma importante comunidade portuguesa (aproximadamente 10 por cento da população local) que, assim, passa a dispor de documentação e obras em língua portuguesa.

BÉLGICA

Associação Portuguesa de Vilvorde

A «Associação Cultural e Recreativa Portuguesa de Vilvorde» tem três anos de existência e 150 associados, desenvolvendo actividades no campo cultural, social e desportivo. Segundo afirma o jornal «O Salto», esta associação entrou numa fase de franco desenvolvimento, não só com a instalação de uma biblioteca e projecção de filmes para associados, mas também com a previsível criação, a médio prazo, de um rancho folclórico, grupo coral e teatro de amadores. A A. C. R. P. V. tem o seguinte endereço: Machelsteenweg, 12-14/1800, Vilvorde (Bélgica) — Tel. 02/251.05.98.



SUIÇA

Teatro e actores portugueses



O actor Rogério Paulo estreou-se no Teatro «Les Trois Coups», de Lausana (Suíça), interpretando o papel principal na peça «Do Alto da Ponte», de Arthur Miller. Participa também no mesmo espectáculo o actor português Domingos Semedo, radicado neste país. Rogério Paulo está, entretanto, a dirigir, no mesmo teatro, os ensaios da peça de Raul Brandão «O Gebo e a Sombra», cuja estreia está prevista para breve.

LUXEMBURGO

Nova carreira TAP

A TAP vai inaugurar, no próximo Verão, uma carreira semanal entre Portugal e o Grão-Ducado do Luxemburgo, país onde, recorde-se, reside uma grande comunidade portuguesa. Esta nova carreira efectuar-se-á todas as terças-feiras, de 20 de Junho a 26 de Setembro.

Por outro lado, e segundo apurou a ANOP junto do Gabinete de Imprensa da transportadora aérea nacional, a TAP vai reabrir em breve a sua delegação em Buenos Aires, seguindo-se, muito provavelmente, o estabelecimento de um voo periódico entre Lisboa e a capital argentina. Esta hipótese — que resulta de estudos realizados pelos serviços de «marketing» da empresa — foi anunciado quando da recente estadia do presidente da TAP, Monteiro da Silva, no Rio de Janeiro. A concretização do voo Lisboa-Buenos Aires dependerá do necessário acordo entre as autoridades aeronáuticas dos dois países.

8.º Ano do "Contacto"

O mensário «Contacto», jornal português publicado no Luxemburgo desde 1970, comemorou agora o seu 8.º ano de edição. O referido jornal, que é porta-voz da associação «Amizades Portugal-Luxemburgo», tem sido veículo de relevantes serviços prestados no seio da nossa numerosa comunidade ali residente, tanto no que diz respeito à informação de carácter legislativo ao serviço do emigrante, como também pela organização de inquéritos e análises de questões de âmbito formativo, sejam da iniciativa do periódico ou de organizações sindicais do Luxemburgo. Ao registar este 8.º aniversário do «Contacto», queremos exprimir a todos os que trabalham no jornal um voto de felicidades e o desejo de que prossigam no apoio formativo e informativo a todos os portugueses residentes no Luxemburgo.

RFA

Nova edição do "Metall"

O jornal «Metall», porta-voz do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos da Alemanha Federal, passou a ser editado quinzenalmente em português — anteriormente a publicação era mensal —, apresentando novo formato e renovado aspecto gráfico. Entre outras inovações a destacar, o jornal anuncia que, em determinadas edições, passará a incluir suplementos de quatro páginas sobre temas sindicais e legislação alemã cujo conhecimento seja útil para os trabalhadores portugueses emigrados e suas famílias.

Grupo de Teatro em Hagen

Na cidade de Hagen foi recentemente criado um grupo cénico de amadores — «Os Quinze Amigos Mentirosos» — que tem realizado espectáculos para a comunidade portuguesa ali residente, cerca de duas mil

pessoas. Das peças já interpretadas e espectáculos realizados destaca-se o que foi levado a efeito, nesta mesma cidade, com a peça «A Forja» de Alves Redol. Este grupo amador de teatro não se tem, contudo, limitado à actividade teatral, pois a sua acção abarca problemas do ensino e a organização de diversas iniciativas para as crianças. O grupo cénico aceita convites para se deslocar a todas as comunidades portuguesas residentes na Alemanha. Eis o endereço do citado grupo de teatro: António Cataluna Weringhauser Str. 14 58 — Hagen 1.

Festival Concurso da canção Emigrante

Por iniciativa da Missão Católica Portuguesa de Mainz, realizar-se-á nesta localidade, no próximo dia 8 de Abril, um «Festival-Concurso da Canção Emigrante». Segundo informam os promotores do certame, este terá a participação de 25 concorrentes, sendo distinguidos pelo júri — constituído por um cidadão alemão e dois portugueses — os três primeiros classificados e recebendo os restantes uma placa comemorativa do Festival. O Festival tem por objectivo promover a sensibilização aos problemas dos emigrantes, razão pela qual a emigração é tema obrigatório para todas as canções apresentadas, as quais deverão ser inéditas, tanto na música como na letra. Os promotores da curiosa iniciativa pensam poder vir a oferecer ao público que assistir ao Festival, uma sessão de folclore português, levada a efeito pelos três grupos (infantil, juvenil e adultos) da Missão Católica Portuguesa de Mainz.

FRANÇA

Festival de cinema amador organizado por portugueses

Na pequena localidade francesa de Saint Gratien, nos arredores de Paris, realizam-se, desde há dois anos, Festivais de Cinema Amador, organizados por Alexandre da Silva. Este cineasta amador está já a organizar o próximo Festival, no qual a participação será alargada a cineastas de

outros países. Alexandre da Silva, trabalhador português residente em França, é também, ele próprio, um concorrente de diversos festivais de cinema amador, actividade que tem vindo a desenvolver desde há 9 anos. No ano transacto concorreu ao Festival de Saint Gratien — do qual, como dissemos é um dos organizadores — com duas curtas-metragens, em Super 8 e 9,5 mm a cores, respectivamente, «Um Dia na Escola» e «Festa na Aldeia». Destes dois trabalhos destacamos «Festa na Aldeia», documentário que relata as festas de Chancelaria, localidade perto de Torres Novas. Alexandre da Silva foi concorrente, em 1976, ao Festival de Portimão — onde foi galardoado com uma medalha —, assim como ao já tradicional Festival de Guimarães.

Os interessados em participar no citado Festival organizado pelo nosso compatriota deverão escrever para: Alexandre da Silva / Festival de Cinema Amador de St. Gratien / n.º 10, 3.º, dir., Rue Jean Moulin — 95210, Saint Gratien / França. São admitidos os formatos de 8 mm, Super 8, 9,5 e 16 mm; o tema é livre, havendo um prémio especial para o melhor filme sobre a infância.



Alexandre da Silva (foto do jornal «O Salto»)

Reaparecimento de «O Salto»

Em Novembro de 1970 surgiu pela primeira vez o periódico «O Salto — Jornal dos trabalhadores emigrados», em França.

Apoiado inicialmente por uma rede de associações de trabalhadores residentes em França, o referido jornal desenvolveu relevante trabalho no campo da informação e consciencialização sobre os problemas mais candentes do País. A 9 de Junho de 1973, fruto de um longo trabalho associativo, o grupo responsável pelo periódico, em colaboração com várias associações de trabalhadores emigrantes, organiza os primeiros «Jogos Florais da Emigração», em França.

O Salto

EXPULSÕES EM DE TRABALHO EMIGRA

MESES DE CONTOS POR ANO A ONDE VAI O DINHEIRO DOS EMIGRANTES?

O INSTANTO DA EMIGRAÇÃO

Nesta altura o jornal era o porta-voz do recém-criado «Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados». Posteriormente, o 25 de Abril viria a interromper esta actividade, já porque boa parte dos promotores do jornal regressaram ao País, já porque haveria que reformular, perante a situação democrática vivida em Portugal, toda a estrutura da publicação e organizações que lhe eram afins.

No início deste ano «O Salto» retomou a sua publicação nor-

mal. O primeiro número inclui noticiário diverso sobre a actualidade nacional e estrangeira, uma página de informações sobre os diversos serviços de apoio aos portugueses residentes no estrangeiro, assim como oportunas entrevistas aos promotores de várias iniciativas culturais desenvolvidas junto das nossas comunidades.

Felicitemos «O Salto» pelo seu reaparecimento, desejando-lhe os maiores sucessos nesta segunda série editorial.

caracterizada por uma excelente apresentação gráfica.

Guia informativo sobre legislação

As autoridades francesas editaram um «Guia dos Direitos e Diligências». Realizado com a colaboração dos diversos serviços administrativos, este Guia pretende informar o público, com clareza e precisão, dos seus direitos e de como deverá diligenciar para resolver os seus problemas

Três jornais foram «notícias» junto dos emigrantes portugueses: na Alemanha Federal, o «Metall» — editado em português pelo Sindicato alemão dos trabalhadores metalúrgicos — passou a ser publicado quinzenalmente, apresentando alterações no seu aspecto gráfico; em França, reapareceu «O Salto» que agora é editado mensalmente; no Luxemburgo, o jornal «Contacto» comemorou o seu 8.º ano de publicação.

Movimento tarifário na metalurgia, 1978



Der Profit lichtet die Reihen

Caras companheiras, Caros companheiros

Publicar o jornal «O Salto» em português é uma tarefa árdua, mas não impossível. Para isso é necessário ter um grupo de colaboradores que se comprometam a escrever artigos, notícias, poemas, etc. Este grupo de colaboradores é formado por portugueses residentes em França, Alemanha, Luxemburgo, etc. O jornal «O Salto» é editado em português e é dirigido por portugueses. O jornal «O Salto» é um jornal de emigrantes e para emigrantes. O jornal «O Salto» é um jornal de cultura e de informação. O jornal «O Salto» é um jornal de luta e de solidariedade. O jornal «O Salto» é um jornal de esperança e de futuro.

junto das respectivas entidades oficiais. Este trabalho traz uma introdução do Primeiro-ministro francês, Raymond Barre, especialmente destinada aos trabalhadores imigrantes, tendo como objectivo chamar a atenção para os regulamentos e exigências da legislação francesa. O referido Guia encontra-se à venda nos quiosques e livrarias ao preço de 20 francos, podendo também ser obtido na «Documentation Française» (29, Quai Voltaire, 75007 — Paris).

Passaportes para emigrantes

ALGUNS ASPECTOS DO ACTUAL REGIME DE CONCESSÃO, ESTABELECIDOS NO DECRETO 35/74

1. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

a) Contrato de trabalho e/ou autorização de entrada

Nos casos de emigração nominativa (isto é, quando o contrato de trabalho ou autorização de entrada vem já em nome do interessado em emigrar) é necessário apresentar esses documentos, demonstrando que está autorizado a entrar no país de destino, de acordo com a respectiva lei.

Quando os trabalhadores são recrutados através dos serviços oficiais portugueses, o contrato de trabalho é-lhes apresentado pelos serviços portugueses ou estrangeiros encarregados da sua selecção, servindo o mesmo de autorização de entrada.

b) Licença militar

Todos os indivíduos do sexo masculino a partir do início do ano que fazem 18 anos e até ao dia em que perfazem os 45 anos têm de apresentar documento comprovativo de que se encontra com os seus deveres militares cumpridos, o que se traduz na passagem de licença militar pelas competentes autoridades.

c) Autorização de pátrios poderes

A emigração de interditos ou menores de 21 anos não emancipados só pode efectuar-se mediante autorização do pai, da mãe, ou de quem exerça os pátrios poderes, ou o seu suplimento.

d) Atestado médico

Em princípio, é exigido um atestado médico nos casos de emigração nominativa. Em caso de trabalhadores recrutados ou em que, para efeitos de visto, tenham de ser sujeitos a exame sanitário por parte das autoridades dos respectivos países de destino, é dispensado o exame sanitário por parte das autoridades portuguesas.

2. ENTIDADES COMPETENTES PARA A EMISSÃO DOS PASSAPORTES DE EMIGRANTES

Em Portugal continental, a entidade competente é a Secretaria de Estado da Emigração, podendo os pedidos de passaportes ser formulados pessoal e directamente, junto dos Serviços de Informação ao público ou através das Câmaras Municipais.

Nas regiões autónomas da Madeira e Açores, os passaportes de emigrantes deverão ser requeridos aos governos civis correspondentes ao local de residência dos respectivos requerentes.

3. AVERBAMENTOS

O passaporte de emigrante pode abranger o marido e a mulher ou só o marido ou só a mulher e, em qualquer destes casos, incluindo os filhos menores não emancipados.

A mulher pode ser mencionada, a todo o tempo, por averbamento, no passaporte do marido. Os filhos menores não emancipados poderão ser averbados, no passaporte conjunto dos pais, ou no passaporte só da mãe ou no passaporte só do pai. Quando o titular do passaporte de emigrante se encontra no estrangeiro, são competentes para efectuar os averbamentos da mulher ou dos filhos menores não emancipados as autoridades consulares portuguesas.

4. VALIDADE

O passaporte de emigrante é válido pelo período de 5 anos; quando este período termina e o emigrante se encontra no estrangeiro, a autoridade consular portuguesa é competente para emitir um novo passaporte de emigrante em substituição do caducado.

Por outro lado, o passaporte de emigrante é válido para o país onde o titular está autorizado a residir ou trabalhar e, ainda para outros países, só para viagens temporárias. Quer dizer, o emigrante residente num país pode, com o mesmo passaporte, efectuar viagens de turismo a outros países. Estes países, no caso de não constarem de passaporte inicial, poderão ser averbados pelas autoridades consulares portuguesas, a pedido dos respectivos titulares.

Movimentos de contas bancárias de ex-residentes em Moçambique

O Ministério dos Negócios Estrangeiros divulgou um despacho do Ministério das Finanças da República Popular de Moçambique, que estabelece uma série de normas reguladoras da movimentação de contas bancárias de ex-residentes naquele país. Pelo interesse de que se reveste, publicamos a seguir, na íntegra, o texto desse despacho:

«Dado o elevado e incontrolável número de depósitos existentes na banca pertencentes a não residentes, e considerando os mais variados processos incorrectos e ilegais utilizados na movimentação dessas contas e convindo, em benefício da economia nacional e dos titulares das contas, estabelecer normas sobre a constituição, movimentação e controlo dos depósitos em questão, determino:

1. A movimentação de contas de ex-residentes já abertas à data da sua saída do país só poderá ser feita dentro dos condicionalismos constantes do presente despacho.

2. As operações de movimentação, quer a débito quer a crédito, só serão executadas mediante autorização prévia do gerente do estabelecimento de crédito onde a conta estiver aberta ou do empregado em que delegar essa função. Quando se entenda conveniente, poderão exigir-se provas aos interessados.

3. Os cheques sacados sobre as contas de ex-residentes indicarão sempre o nome do beneficiário, e deverão ser submetidos a visto prévio, no estabelecimento sacado, para efeito da autorização prevista em 2.

Os cheques não visados não serão pagáveis mesmo que as contas sacadas tenham provisão, e deverão ser devolvidos com a anotação «Conta de não residente. Devolvido por falta de autorização prevista no despacho de 30 de Dezembro de 1977, do ministro das Finanças».

4. Quando se peçam provas, e estas só estiverem disponíveis noutra localidade, poderá o gerente do estabelecimento bancário recorrer a entidade que considere idónea nessa localidade para a devida verificação.

5. Serão autorizadas as solicitações para os seguintes pagamentos desde que comprovadamente respeitantes ao titular da conta ou ao seu cônjuge:

- Impostos, taxas, dívidas ao Estado, e outros pagamentos determinados por organismos do Estado;
- Dívidas às instituições de crédito e às companhias de seguros, e respectivos encargos;

- c) Pagamento de dívida a outras entidades públicas ou privadas, desde que devidamente comprovadas e justificadas e mediante parecer favorável do ministério que superintender no sector a que respeitar o pagamento;
- d) Transferência para o exterior, desde que previamente autorizada;
- e) Depósitos em contas existentes em seu nome em estabelecimentos de crédito existentes noutra localidade do país;
- f) Pensões estabelecidas a favor de cônjuges descendentes ou ascendentes e que delas careçam residentes no país, até três mil escudos mensais por pessoa;
- g) Levantamentos dos titulares, quando provem estar de visita ao país, para as despesas normais durante a sua permanência;
- h) Outros pagamentos desde que devidamente autorizados pelo Ministério das Finanças.

6. Serão normalmente aceites os seguintes pagamentos nos casos em que os fundos pertencentes ao titular da conta ou ao seu cônjuge, e se declare, na guia de depósito,

- a) Ordenados;
- b) Outros rendimentos;
- c) Cobrança de dívidas;
- d) Produto de venda de bens seus situados no país;
- e) Transferência do exterior desde que legalmente autorizadas;
- f) Levantamentos autorizados doutras contas mas em estabelecimentos de crédito noutra localidade do país.

7. No caso de operações não previstas nos números 5 e 6 deste despacho, tal autorização fica dependente da apresentação pelo interessado de autorização escrita para a realização das operações, assinada pelo gerente do estabelecimento principal do Banco de Moçambique na mesma localidade ou na localidade mais próxima.

8. Os residentes que se ausentem definitivamente do país deverão comunicá-lo aos bancos em que mantenham conta no prazo de 15 dias antes da sua partida.

9. Sem prejuízo da imediata aplicação do presente despacho, os ex-residentes que ainda o não tenham feito deverão, nos 60 dias seguintes à data da publicação deste despacho, comunicar às instituições de crédito a sua mudança de residência para o exterior.

10. Este despacho entra imediatamente em vigor.»

(nesta caso, ainda recentemente no n.º 22 da revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas», distribuído em Dezembro de 1977), a Secretaria de Estado da Emigração tem procurado dar a mais ampla informação sobre as normas reguladoras da obtenção de cartas de condução em França por troca com cartas de condução portuguesas.

O princípio a que obedece a possibilidade da troca assenta no seguinte:

- 1 — Que a carta portuguesa tenha sido obtida em data anterior à da emigração do seu titular para França;
- 2 — Que a carta portuguesa, embora obtida após a emigração para França, o haja sido durante uma estadia em Portugal por período superior a seis meses, findo o qual se verificou o regresso do interessado a França.

Em ambos os casos, a troca só será possível após um período de um ano de residência em França a seguir à sua entrada ou reentrada.

É, porém, muito importante ter em atenção que, no segundo caso, ou seja, quando um residente em França vem estabelecer residência temporária em Portugal por um período de tempo superior a seis meses, durante o qual obtém carta de condução portuguesa, haverá que ter em especial consideração que, somente em casos devidamente justificados (por exemplo, prestação de serviço militar obrigatório, convalescença em Portugal devidamente autorizada, etc.) é reconhecido o direito à residência em França; caso contrário, terá de ser reiniciado o processo de concessão de direito à residência, tal como se tratasse de emigrante em França pela primeira vez, o que é extremamente difícil e nalguns casos impossível dado que, como é do conhecimento geral, se encontra suspensa a imigração de trabalhadores neste País.

Utilização obrigatória dos cintos de segurança

Os automobilistas que circulam nas estradas de Portugal sem utilizar cintos de segurança poderão ser autuados com multa de 600 a 3000 escudos, de acordo com a nova legislação que entrou em vigor no passado mês de Janeiro.

O mesmo acontecerá com os passageiros do banco da frente dos veículos, aos quais também é imposto o uso do cinto de segurança.

Esta medida deverá ser cumprida não só nas estradas mas igualmente nas vias situadas no interior das localidades, a partir de 1 de Janeiro de 1979.

Vale a pena recordar que o cinto de segurança atenua consideravelmente as consequências dos acidentes de viação. A obrigatoriedade do seu uso é uma medida preventiva adoptada nas legislações de quase todos os países da Europa.

Cartas de condução em França

Através de notas informativas, divulgadas junto de consulados e associações portuguesas, pela rádio e pela imprensa

ASSINE E DIVULGE A REVISTA

25 de Abril

COMUNIDADES PORTUGUESAS

**A correspondência dos nossos leitores deve ser dirigida para a seguinte morada:
Revista "25 de Abril/Comunidades Portuguesas"
Secretaria de Estado da Emigração
Palácio das Necessidades, 1.º piso
Largo do Rilvas - Lisboa - Portugal**

«Venho pela presente solicitar se dignem informar-me quais as possibilidades que tenho de regularizar a minha situação militar definitivamente. Tenho a minha taxa paga desde 1975 até 1982, portanto tenho o meu adiamento efectuado até à incorporação de 1983. O título de adiamento de incorporação foi-me passado pelo Consulado de Portugal em Estrasburgo em virtude de ser emigrante.

N. F. T. F. (França)»

Como se encontra adiado de incorporação até aos 29 anos de idade, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 25.º da Lei n.º 2135 (Lei do Serviço Militar) só poderá requerer a passagem à Reserva Territorial (regularizar definitivamente a sua situação militar) a partir do dia 1 de Janeiro do ano em que completar os 29 anos. Esclarecemos ainda que, enquanto estiver na situação de adiado de incorporação só poderá permanecer em território nacional durante 90 dias em cada ano civil sem perder a qualidade de residente no estrangeiro. Depois de passar à Reserva Territorial poderá permanecer no País por tempo indeterminado ou fixar residência.

«Tendo estado na República Federal da Alemanha como imigrante, e visto regressar em definitivo a Portugal, agradeça que me informassem se tenho direito a receber os descontos que lá fiz. Outro assunto é o que diz respeito ao subsídio de desemprego, pois estou em Portugal há meio ano e como ainda não consegui emprego, tendo procurado esse subsídio.

J. S. L. (Rio de Mouro)»

O reembolso das contribuições pagas para o seguro alemão de pensões só pode ser concedido, a pedido do segurado e se este se encontra fora do território da República Federal da Alemanha, desde que satisfaça uma das condições a seguir indicadas:

- Ter decorrido um período de 2 anos sem contribuições para a segurança social alemã, na data da apresentação do requerimento;
- Se até 19-10-1972, o segurado tiver pelo menos 60 meses de descontos na Alemanha, o reembolso das contribuições pode ser pedido antes de 2 anos após o último desconto para a segurança social alemã.

Esclarece-se ainda que quando o trabalhador é reembolsado das contribuições, perde todos os direitos relativamente à segurança social alemã. Deste modo, nem o próprio nem os familiares poderão mais tarde habilitar-se a uma pena alemã.

Para mais esclarecimentos sobre este assunto, poderá

dirigir-se à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, Rua da Junqueira, 112 — Lisboa 3.

Se se encontrar desempregado aconselha-se a que contacte o Centro mais próximo de Serviço de Emprego, onde lhe serão dadas informações acerca das condições de inscrição com vista a uma possível colocação quer no nosso país, quer no estrangeiro.

«No princípio deste ano fiz em Portugal a compra de um terreno no valor de 900 000\$00. Tudo decorreu normalmente dentro do acto de escritura que foi conduzida e assinada pelo meu Procurador, seguindo-se a minha visita a Portugal no Verão findo (Julho e Agosto). Conduzi depois esta escritura à Conservatória do Registo Predial (local que me dizem ser sagrado, mas que me parece sê-lo só para limpar mais uns patacos). A parte mais importante é que fui agora surpreendido com um processo enviado por um advogado que ameaça com o Tribunal para eu ceder o terreno que negociei, visto haver um confrontante interessado no mesmo.

J. P. N. (E. U. A.)»

Pelos elementos indicados é de concluir que o proprietário do terreno confiante intentou em tribunal a competente acção de preferência.

Efectivamente, e nos termos da legislação em vigor, os proprietários de terrenos confinantes, de área inferior à unidade de cultura, gozam reciprocamente do direito de preferência em caso de venda de qualquer dos prédios a quem seja proprietário confinante.

Este direito, porém, não existe quando algum dos terrenos constitua parte componente de um prédio urbano ou se destine a algum fim que não seja a cultura, e quando a alienação abranja um conjunto de prédios que embora dispersos, formem uma exploração agrícola de tipo familiar.

Deverá, assim, constituir procurador em Portugal (advogado) para efeitos de contestação e realização das diligências judiciais e outras tendentes à defesa dos seus interesses.

«Tenho em Portugal um terreno arrendado, e como tenciono regressar estou interessado em cultivar esse terreno. Fui de férias em Junho último e falei com o arrendatário se me podia ceder esse terreno após a colheita do vinho. Disse-me que sim, mas agora por notícias vindas do meu pai, esse arrendatário não me quer entregar o terreno.

M. F. P. (Alemanha)»

Nos termos da legislação actualmente em vigor, tratando-se de arrendamento rural, o senhorio pode denunciar o contrato (isto é obter a desocupação das terras) para efeito de ele

próprio seu cônjuge, descendentes ou ascendentes passarem a explorar directamente os prédios arrendados.

Tal denúncia deve ser judicialmente requerida com, pelo menos um ano de antecedência relativamente ao termo do prazo do contrato ou da sua renovação, mas não pode contudo produzir efeitos antes de decorridos, pelo menos, seis ou três anos de vigência do contrato consoante se trate, respectivamente de arrendamento rural propriamente dito ou de arrendamento ao agricultor autónomo.

Considera-se arrendamento ao agricultor autónomo aquele que tem por objecto um ou mais prédios que o arrendatário explore exclusiva e predominantemente, com o seu próprio trabalho ou o das pessoas do seu agregado doméstico.

O senhorio que obtenha a denúncia do contrato de arrendamento é obrigado, salvo caso fortuito ou de força maior, a explorar directamente o prédio ou prédios durante o prazo mínimo de **cinco anos**.

No caso da cessação do contrato por via de denúncia do senhorio, o arrendatário poderá ainda exigir além da indemnização por benfeitorias que tenha efectuado nos terrenos, uma indemnização nunca superior ao equivalente a um ano de renda se a denúncia causar prejuízo à economia do arrendatário.

O senhorio pode ainda pedir a resolução do contrato (o que se traduz, igualmente, na desocupação dos terrenos), se o arrendatário, designadamente, não pagar a renda no tempo e lugar próprios ou dela não tiver depósito liberatório, ou se não velar pela boa conservação dos bens ou causar prejuízos graves nos bens que, não sendo objecto do contrato, existam no prédio arrendado.

Para quaisquer esclarecimentos complementares, aconselho-lo a contactar a Comissão Concelhia de Arrendamento Rural da área de localização do terreno ou directamente o Ministério da Agricultura e Pescas — Praça do Comércio, Lisboa 2.

«Sou retornado de Angola e encontro-me com minha mulher a trabalhar na Suíça com passaporte de turista. Não estamos inscritos na Direcção da Emigração e pedia que me informassem se temos os mesmos direitos que os nossos compatriotas que aí estão inscritos. Como descontamos aqui para a Caixa, também gostava de saber se um dia formos embora, temos direito a qualquer reforma. Caso não seja assim, temos aí alguma caixa para podermos mandar todos os meses os descontos, e depois termos direito à reforma?»

F. D. M. (Suíça)»

Os seus direitos na Suíça são os mesmos do que os portugueses que possuem um passaporte de emigrante, desde que a sua situação como residente nesse país esteja regularizada quer dizer, que deve possuir uma carta de residente passada pelas autoridades Suíças. Assim também os seus direitos de assistência médica e medicamentosa são iguais aos dos portugueses com passaporte de emigrante desde que esteja devidamente inscrito nos Serviços Sociais Suíços.

Relativamente à informação sobre o direito de reforma, de acordo de Segurança Social entre Portugal e a Suíça prevê que, atingida a velhice, uma pensão pode ser requerida em Portugal e é concedida a partir dos 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres.

Para esclarecimentos complementares aconselho-lo a dirigir-se à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, Rua da Junqueira, 112, Lisboa 3.

«Estou em França desde Fevereiro de 1970, e agora penso fazer em Portugal a compra de um terreno.

Tenho ouvido dizer que os emigrantes não pagam o imposto de sisa. Ora eu gostava de saber o que é preciso fazer para ficar isento desse pagamento, apesar de a compra não ser feita através do sistema de Poupança-Crédito.

J. J. L. (França)»

Quanto à isenção de sisa relativa ao prédio rústico que pretende adquirir e apesar de não recorrer ao sistema de poupança-crédito, poderá beneficiar da mesma, se a matéria colectável que serviu de base à liquidação daquele imposto, não exceder o montante correspondente ao dobro da importância transferida do exterior e efectivamente utilizada na aquisição. Se porventura exceder o montante referido, liquidar-se-á a sisa apenas sobre o excesso (art.º 2.º da Lei n.º 21-B/77 de 9 de Abril).

O senhor terá que demonstrar que aplica directamente na compra o dinheiro transferido do estrangeiro e para tal deverá solicitar à instituição de crédito, por intermédio da qual envia as suas poupanças, um certificado dessa transferência, apresentando-o em seguida na respectiva Repartição de Finanças.

«Fui soldado em Moçambique no ano de 1970, e nas horas vagas tirei a carta de condução profissional (pesados e ligeiros) no ano de 1971. Em 1973 emigrei para a Alemanha e em 1976 tive conhecimento de que todas as cartas que foram tiradas no Ultramar tinham o prazo de meio ano para serem renovadas. Em Janeiro desse ano estive a passar férias em Portugal e fui informar-me a uma escola de condução, onde me disseram que isso era verdade, que as cartas tinham que ser renovadas. Deixei logo lá a minha carta, duas fotografias e mais ou menos 250\$00. Perguntei quanto tempo demorava a mandarem-me a carta e disseram-me que talvez demorasse meio ano, mas já lá vão dois anos e ainda não a tenho. O meu patrão já me disse que se a partir deste ano de 1978 eu não tiver a carta para mudar para uma alemã, sou despedido.

E. G. L. (Alemanha)»

Pelo serviço de apoio desta Secretaria de Estado na fronteira de Vilar Formoso foi-nos comunicado que o senhor não tivera oportunidade de proceder às diligências aconselhadas na nossa carta anterior, endereçada para a sua residência em Abaças.

Portanto, e a fim de lhe poder ser concedida, pela Direcção de Viação do Norte, antecipação na resolução do problema da troca da carta de condução tirada em Moçambique, é necessário:

- Que solicite a referida antecipação, em requerimento dirigido àquela Direcção de Viação, devidamente selado, e com a sua assinatura autenticada pelo Consulado de Portugal da área da sua residência;
- Que junte fotocópia dos documentos que comprovem a sua qualidade de emigrante na Alemanha, ou declaração consular nesse sentido;
- Que junte fotocópia da guia relativa à entrega da carta de condução na Direcção de Viação do Norte.

Dado que o assunto, tal como informamos nessa carta, foi já por este Serviço exposto à Direcção de Viação do Norte, será conveniente que a documentação acima mencionada seja remetida pelo senhor à Direcção-Geral de Emigração, a fim de ser transmitida ao organismo competente, ou seja, à Direcção de Viação do Norte.

A aldeia da roupa branca

52



Chianca de Garcia a dirigir as filmagens da «Aldeia da Roupa Branca»



Uma imagem do filme

Ficha técnica:

ANO DE PRODUÇÃO:
1938

REALIZAÇÃO:

Chianca de Garcia

ARGUMENTO, DIÁLOGOS E LETRAS
DAS CANÇÕES:

Ramada Curto e Chianca de Garcia

FOTOGRAFIA:

Aquilino Mendes (P/B)

PLANIFICAÇÃO:

José Gomes Ferreira

MÚSICA DOS FADOS:

Raul Ferrão

MONTAGEM:

Vieira de Sousa

TEMPO:

1.30 h

CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA:

Maiores de 17 anos

GÉNERO:

Comédia musical

Ficha artística:

BEATRIZ COSTA:
Gracinda

MANUEL DOS SANTOS CARVALHO:
Tio Jacinto

JOSÉ AMARO:
Chico

ÓSCAR DE LEMOS:
Luís

ELVIRA VELEZ:
Viúva Quitéria

ARMANDO MACHADO:
Zé da Iria

OCTÁVIO DE MATOS:
Simão

HERMÍNIA SILVA:

Resumo do argumento e apontamento crítico:

A «ALDEIA DA ROUPA BRANCA» descreve a vida numa aldeia dos arredores de Lisboa, uma aldeia de lavadeiras no tempo em que não eram conhecidas da população lisboeta as modernas máquinas eléctricas...

A rivalidade entre duas famílias da comunidade serve para apresentar situações e diálogos de grande comicidade sem, contudo, perderem o equilíbrio necessário a um pretendido realismo garantido pelas excelentes interpretações a cargo de bons actores. Aliás, toda a realização é excelente para atingir a ideia base — a mensagem de que na vida a renovação de processos é constante, simbolizada no filme com a substituição da carroça pela camioneta.

AVISO AOS ASSINANTES DA REVISTA

Solicita-se aos assinantes ou interessados na assinatura da revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas», o favor de observarem o seguinte:

1. Toda a correspondência deve ser enviada para **Revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas» — Secretaria de Estado da Emigração — Palácio das Necessidades, 1.º Piso, Largo do Rilvas, Lisboa — Portugal.**
2. Os documentos para pagamentos (cheques, vales de correio, ordens de pagamento, etc.) devem ser dirigidos a **SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO.**
3. Não esquecer que o destinatário e o remetente **devem** ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.

PREÇO DAS ASSINATURAS

12 NÚMEROS

| | |
|--|---------|
| Portugal e Espanha | 300\$00 |
| Outros países (excluindo França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Suíça e Inglaterra) | 400\$00 |

As importâncias das assinaturas podem ser enviadas em escudos ou no correspondente aproximado em moeda estrangeira.

AA 000120

SELO DE CHEQUES
\$20

CAIXA ECONÓMICA PORTUGUESA

PAGUE A SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

CONTRA ESTE CHEQUE

DE

DE 19

CI

ESC. \$

MUITO IMPORTANTE

- A expedição da revista para fora de Portugal é feita por via aérea. Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a revista noutra local, comunique o mais rapidamente possível.
- Nas renovações de assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante.

Queiram enviar-me mensalmente a revista «25 de Abril» da Secretaria de Estado da Emigração. Para o efeito, envio a importância de \$

NOME

MORADA

LOCALIDADE

PAÍS

Preencha este cupão, recorte-o pelo tracejado e envie-o, juntamente com a importância respectiva para:

SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas
Lisboa — Portugal



MONÇÃO

portugal